



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR - LABOMAR**  
**CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO SUBSÍDIO PARA A GESTÃO COSTEIRA DA  
PRAIA DA TAÍBA, CEARÁ (BRASIL)**

**FORTALEZA**  
**2019**

LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE

PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO SUBSÍDIO PARA A GESTÃO COSTEIRA DA  
PRAIA DA TAÍBA, CEARÁ (BRASIL)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Ambientais do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

N672p Nobre, Lucas Ricardo Ferreira.  
Percepção ambiental como subsídio para a gestão costeira da Praia da Taíba, Ceará (Brasil) / Lucas Ricardo Ferreira Nobre. – 2019.  
84 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Curso de Ciências Ambientais, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos.

1. Percepção Ambiental. 2. Planejamento Ambiental. 3. Gestão Costeira. I. Título.

CDD 333.7

---

LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE

PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO SUBSÍDIO PARA A GESTÃO COSTEIRA DA  
PRAIA DA TAÍBA, CEARÁ (BRASIL)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Ambientais do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Ambientais

Aprovada em: 18/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Iara Rafaela Gomes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Ana Maria Ferreira dos Santos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Guido e Aline, por todo amor e suporte. E ao meu irmão e parceiro da vida, Guido Jr.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelas grandes demonstrações de amor por mim ao longo de toda a minha vida e por me incentivarem a seguir os caminhos os quais eu escolhi trilhar.

Ao meu irmão, Guido Jr, que mesmo sendo muito diferentes um do outro, nos amamos e celebramos as nossas conquistas e vitórias mutuamente.

Ao Prof. Fábio de Oliveira Matos, que desde o início da graduação tive o privilégio de tê-lo como orientador através da bolsa de iniciação científica. Sem dúvidas contribuiu significativamente com a bagagem de conhecimento que adquiri ao longo desses quatro anos.

Ao Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de São Gonçalo do Amarante, Sr. Vicente Luis Moreira da Rocha, ao Paulo Ricardo, Analista Ambiental da SEMURB, e à Aline (atual Gestora de UC's da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará), pelo apoio em conseguir a autorização necessária para o empreendimento do presente estudo na Taíba.

Aos moradores da Comunidade da Taíba que foram bastante receptivos e colaboradores para a execução da consulta empreendida neste trabalho.

A todos os entrevistados que pacientemente responderam às perguntas mesmo curtindo o sol maravilhoso que estava fazendo no dia da aplicação dos questionários ou descansando de um dia longo de pesca.

A cientista ambiental, Karolyne Sales, que me ajudou (muito) e me aturou fazendo mil e uma perguntas sobre os trâmites da Plataforma Brasil.

Aos meus dois ajudantes Álef (<3) e Maria Helena (Leninha), que percorreram a pé e no sol escaldante aquela Taíba. Que Deus lhes pague, porque eu não posso no momento. Amo vocês.

Aos amigos que a turma 2015.1 do curso de Ciências Ambientais me apresentou e que levarei para toda a vida: Vitória, Mariana, Régia, Rafael, Elizi, Vanessa, Débora, Tainã. Aprendi muito com todos. Amo vocês.

Aos meus queridos amigos, Tessi, Yago, e Herbert, pessoas muito especiais e que representam o amor de Deus na minha vida.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo incentivo à pesquisa através do financiamento da bolsa de iniciação científica.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” - *Paulo Freire*

## RESUMO

A zona costeira é marcada como uma das áreas sob maior estresse ambiental em razão da disponibilidade de recursos naturais e localização estratégica para o estabelecimento das mais diversas atividades e assentamentos populacionais. Em função disso, os ambientes costeiros encontram-se no centro das discussões, tendo em vista a urgência de se planejar as formas de uso e ocupação dessa espacialidade com vistas a salvaguardar os atributos ambientais e garantir o bem-estar das comunidades litorâneas. Nesse contexto, observa-se a Praia da Taíba, distrito de São Gonçalo do Amarante (Ceará), que tendo em vista seus condicionantes ambientais, tornou-se um polo de atração turística, provocando um processo de expansão urbana desordenada cujos efeitos são percebidos na espacialidade. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção ambiental dos moradores e frequentadores com fins de proporcionar subsídios para a gestão costeira na Taíba. Para tanto, os procedimentos metodológicos consistiram em uma abordagem de cunho qualitativo e descritivo, no qual empreendeu a aplicação de questionários com os moradores e frequentadores da referida praia, a fim de constatar de que modo os entrevistados compreendem a realidade local. A partir dos dados obtidos, notou-se que a evolução da urbanização, motivada principalmente pelo incremento do turismo no distrito, ocorreu sem critérios de planejamento, podendo ser percebidas problemáticas socioambientais que são frutos da ausência de políticas de gestão urbana e ambiental da localidade, como: perda da qualidade da praia pelo sistema de esgotamento sanitário inacabado e descarte inadequado de resíduos sólidos, efeitos da erosão costeira, ocupação irregular do solo, descaracterização dos elementos naturais, e enfraquecimento do turismo. Nota-se que a percepção ambiental é uma metodologia chave para o fornecimento de bases para a compreensão dos fenômenos inerentes a Taíba e o envolvimento da comunidade na reflexão sobre sua ambiência. A proposta de uma gestão costeira integrada e participativa surge como uma oportunidade de pôr em prática os procedimentos necessários para a conservação do litoral bem como melhorar as condições da Praia da Taíba e a satisfação daqueles que moram e fazem utilização da mesma.

**Palavras-chave:** Percepção Ambiental. Planejamento Ambiental. Gestão Costeira.

## ABSTRACT

The coastal zone is marked as one of the areas under greater environmental stress due to the availability of natural resources and strategic location for the establishment of the most diverse activities and population settlements. Because of this, coastal environments are at the heart of the discussions, in view of the urgency of planning the use and occupation of this spatiality in order to safeguard environmental attributes and guarantee the well-being of the coastal communities. In this context, Taíba Beach, in the district of São Gonçalo do Amarante (Ceará), is observed. Due to its environmental constraints, it has become a pole of tourist attraction, provoking a disordered urban expansion process whose effects are perceived in the spatiality. Thus, this study aims to analyze the environmental perception of residents and visitors with the purpose of providing subsidies for coastal management in Taíba. For this, the methodological procedures consisted of a qualitative and descriptive approach, in which the questionnaire was applied with the residents and visitors of said beach, in order to verify how the interviewees understood the local reality. From the data obtained, it was noticed that the evolution of urbanization, motivated mainly by the increase of the tourism in the district, occurred without planning criteria, being possible to be perceived socio-environmental problems that are fruit of the absence of urban and environmental management policies of the locality, such as: loss of beach quality by unfinished sewage system and inadequate disposal of solid waste, effects of coastal erosion, irregular land occupation, decharacterization of natural elements, and weakening of tourism. It is noted that environmental perception is a key methodology to provide a basis for understanding the phenomena inherent to Taíba and community involvement in reflecting on its environment. The proposal of an integrated and participative coastal management appears as an opportunity to put in practice the necessary procedures for the conservation of the coast as well as to improve the conditions of Taíba Beach and the satisfaction of those who live and make use of it.

**Keywords:** Environmental Perception. Environmental planning. Coastal Management.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa das cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes até o ano de 1970 .....	19
<b>Figura 2</b> - Mapa das cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes até o ano de 2010 .....	20
<b>Figura 3</b> - Localização da área de estudo (Praia da Taíba - São Gonçalo do Amarante - CE) .....	32
<b>Figura 4</b> - Vista da praia da Taibinha, ponto turístico da Taíba .....	33
<b>Figura 5</b> - Obras de requalificação do mirante da Taíba inacabadas .....	38
<b>Figura 6</b> - Parque eólico sobre as dunas da Taíba .....	42
<b>Figura 7</b> - Medidas de contenção do avanço do mar em algumas residências .....	43
<b>Figura 8</b> - Casa destruída supostamente pela ação do mar .....	43
<b>Figura 9</b> - Jangada com mensagem: “Quem valoriza a água valoriza a vida” .....	47
<b>Figura 10</b> - Saída de uma galeria pluvial que chega ao mar com presença de espuma....	47
<b>Figura 11</b> - Obras de <i>resort</i> seis estrelas .....	48
<b>Figura 12</b> - “Nuvem de palavras” das propostas sugeridas pelos moradores .....	49
<b>Figura 13</b> - Formação de piscinas naturais nos recifes de arenito .....	57
<b>Figura 14</b> - Muro residencial dificultando acessibilidade na faixa de praia .....	60
<b>Figura 15</b> - “Nuvem de palavras” das propostas sugeridas pelos frequentadores .....	61
<b>Figura 16</b> - Imagem de satélite de uma área da Praia da Taíba no ano de 2014 .....	64
<b>Figura 17</b> - Imagem de satélite de uma área da Praia da Taíba no ano de 2018 .....	64

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Estado civil dos moradores da Comunidade da Taíba .....	35
<b>Gráfico 2</b> - Renda mensal familiar dos moradores da Comunidade da Taíba .....	36
<b>Gráfico 3</b> - Nível de escolaridade dos moradores da Comunidade da Taíba .....	36
<b>Gráfico 4</b> - Ocupação atual dos moradores da Comunidade da Taíba .....	37
<b>Gráfico 5</b> - Elementos de maior importância para os moradores da Comunidade da Taíba .....	45
<b>Gráfico 6</b> - Relação entre as respostas das perguntas 1 e 2 .....	46
<b>Gráfico 7</b> - Estado civil dos frequentadores da Praia da Taíba .....	50
<b>Gráfico 8</b> - Renda mensal familiar dos frequentadores da Praia da Taíba .....	51
<b>Gráfico 9</b> - Profissão dos frequentadores da Praia da Taíba .....	51
<b>Gráfico 10</b> - Grau de escolaridade dos frequentadores da Praia da Taíba .....	52
<b>Gráfico 11</b> - Número de frequentadores por cidade de origem da Taíba .....	52
<b>Gráfico 12</b> - Tempo que os visitantes, turistas e excursionistas frequentam a Praia da Taíba .....	53
<b>Gráfico 13</b> - Formas de conhecimento da Praia da Taíba .....	54
<b>Gráfico 14</b> - Frequência dos entrevistados na Praia da Taíba .....	54
<b>Gráfico 15</b> - Meios de transportes utilizados para ir à Taíba .....	55
<b>Gráfico 16</b> - Formas de hospedagem na Praia da Taíba .....	55
<b>Gráfico 17</b> - Atividades praticadas pelos frequentadores da Praia da Taíba .....	55
<b>Gráfico 18</b> - Elementos de maior importância para os frequentadores da Praia da Taíba .....	56
<b>Gráfico 19</b> - Elementos de maior importância quanto ao uso recreacional da Praia da Taíba .....	57
<b>Gráfico 20</b> - Relação entre as respostas das perguntas 1 e 2 .....	59
<b>Gráfico 21</b> - Percentual do grau de satisfação para a Praia da Taíba .....	62

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Média das notas atribuídas pelos moradores para cada frase .....	44
<b>Tabela 2</b> - Percentual das respostas para perguntas sobre conservação e impactos ambientais na Praia da Taíba .....	46
<b>Tabela 3</b> - Percentual das respostas para perguntas sobre conservação e impactos ambientais na Praia da Taíba .....	58

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Vieses metodológicos seguidos para pesquisa social empreendida no trabalho .....	28
<b>Quadro 2</b> - Opinião dos moradores quanto ao cenário sem fluxo turístico na Taíba	40
<b>Quadro 3</b> - Grau de representação do bem estar dos moradores da Taíba .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SGA	São Gonçalo do Amarante
TPP	Terminal Portuário do Pecém

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>17</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Paisagem e urbanização costeira .....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 Questão ambiental e a zona costeira.....</b>	<b>21</b>
<b>3.3 Gestão integrada e participativa da zona costeira .....</b>	<b>23</b>
<b>3.4 Percepção Ambiental .....</b>	<b>25</b>
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Investigação Bibliográfica .....</b>	<b>27</b>
<b>4.2 Pesquisa social e método de amostragem.....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 Análise da percepção ambiental.....</b>	<b>29</b>
<b>4.4 Aspectos éticos .....</b>	<b>29</b>
<b>4.5 Área de estudo .....</b>	<b>30</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>5.1 Análise da percepção ambiental dos moradores .....</b>	<b>35</b>
<b>5.2 Análise da percepção ambiental dos frequentadores.....</b>	<b>50</b>
<b>5.3 Análises gerais .....</b>	<b>62</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS MORADORES ..	75
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS FREQUENTADORES.....	78
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	81
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA .....	82

## 1. INTRODUÇÃO

A zona costeira possui características bastante dinâmicas e é composta por diversas formas de paisagem. A interação oceano-atmosfera-continente confere a este ambiente características peculiares quanto a geologia, geomorfologia, pedologia, agentes climáticos e biodiversidade. Apresentando-se, assim, como um recorte espacial interessante para estudos em consequência da complexidade dos seus atributos ambientais e as modificações provocadas na mesma em razão da multiplicidade dos seus usos pelo homem.

A disponibilidade de recursos naturais e a localização estratégica permitem a intensa exploração econômica, possibilitando, portanto, diversos adensamentos populacionais ao longo da costa. O cultivo de pescados, diversos setores industriais, centros econômicos, portos e o desenvolvimento de atividades turísticas correspondem aos principais atrativos para formação de aglomerados populacionais.

O Brasil possui um arcabouço jurídico no âmbito do ordenamento e do gerenciamento da zona costeira relativamente satisfatório. Na Constituição Federal, no seu artigo 225, tal ambiente é considerado como patrimônio nacional. Muitos documentos jurídicos regulamentam a proteção direta ou indireta das feições naturais e o planejamento do litoral. No entanto, as políticas existentes não são implementadas pelos estados e municípios efetivamente, se quando de fato são executadas.

Os Planos Nacionais de Gerenciamento Costeiro (PNGC) I e II baseiam-se na premissa de que o planejamento e a gestão das atividades na zona costeira devem ser desenvolvidos de modo integrado, descentralizado e participativo, garantindo assim a utilização, o controle e a proteção dos recursos naturais e ecossistemas costeiros.

O estado do Ceará é conhecido pelas suas belas paisagens, atraindo turistas nacionais e internacionais durante o ano todo por meio da promoção de políticas públicas de turismo de sol e praia que inserem o espaço costeiro como eixo central para a atração de novos visitantes. Logo, fica estabelecido uma pressão muito forte dos complexos hoteleiros, resorts e segundas residências<sup>1</sup> na zona costeira, que por vezes localizam-se em áreas que por lei não são permitidas nenhuma apropriação.

Neste contexto, tem-se a praia da Taíba, pertencente ao município de São Gonçalo do Amarante, que tem sua história construída a partir de uma vila de pescadores. Devido aos seus condicionantes ambientais, a mesma torna-se um importante polo de atração turística e

---

<sup>1</sup> Alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que tem seu domicílio permanente em um outro lugar (TULIK, 2001).

de práticas esportivas, propiciando fenômenos que provocaram significativas mudanças no uso e ocupação do solo ao longo dos últimos anos.

As belezas cênicas da Taíba, associada à proximidade com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), além de estar a apenas 70 km da capital cearense, propiciou modificações de ordem urbana. Isso contribuiu para a construção de hotéis e *resorts*, aumento da população em determinados períodos do ano (veranistas) e estabelecimento de segundas residências.

O uso da Praia da Taíba é diversificado, desenvolvendo-se atividades pesqueiras e de lazer, além da prática de esportes náuticos, ocupação por estabelecimentos comerciais (barracas de praia), residências de veraneio, pousadas e hotéis. Assim, grupos com diferentes interesses ocupam este mesmo espaço, apresentando, portanto, distintas percepções e pontos de vistas em relação à organização, planejamento, gerenciamento e, ordenamento do referido distrito costeiro.

O incremento do turismo e a alocação de um equipamento industrial-portuário aliados à ausência de políticas de planejamento provocou um crescimento urbano de forma desorganizada na região, surgindo-se problemas de ordem socioambiental. Dessa forma, o engajamento da sociedade torna-se relevante na identificação das problemáticas, das vulnerabilidades e das potencialidades locais, trazendo contribuições para a gestão do espaço.

O presente trabalho busca identificar as possíveis problemáticas socioambientais encontradas em um distrito litorâneo do município de São Gonçalo do Amarante/CE, a partir da percepção e do conhecimento dos moradores e frequentadores (visitante, veranista, excursionista e turista) da área, considerando que as contribuições advindas da visão da sociedade podem colaborar com o diagnóstico e solução dos impactos decorrentes do uso e ocupação do ambiente com vistas a garantir a salvaguarda dos aspectos paisagísticos, o uso racional dos recursos naturais e o bem-estar dos moradores e usuários de uma determinada localidade.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar a percepção ambiental de moradores e frequentadores da Praia da Taíba como subsídio para a Gestão Costeira.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Verificar a percepção ambiental de diferentes atores sociais;
- Compreender a percepção dos atores sociais em relação às motivações da expansão urbana no distrito, bem como as alterações provocadas pela mesma;
- Identificar as problemáticas socioambientais que afetam a Comunidade da Taíba por meio da percepção dos moradores e frequentadores.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se um embasamento teórico acerca de alguns conceitos e temas que permeiam a sua base investigativa, a saber: a paisagem e a urbanização com ênfase na zona costeira, bem como os aspectos socioambientais dos ambientes costeiros e ainda a conceituação e proposta de uma gestão integrada e participativa desse espaço. Assim, este capítulo apresenta uma averiguação bibliográfica que serviu de fundamento e orientação para a análise empreendida na praia da Taíba.

#### 3.1 Paisagem e urbanização costeira

A zona costeira é dotada de atributos e condicionantes ambientais que podem justificar a procura por essa espacialidade para as mais diversas finalidades. A interação do homem com o seu ambiente provoca modificações (em vários níveis) nos elementos da paisagem, que por sua vez desempenham uma função que não necessariamente seja estritamente paisagística, mas também no equilíbrio dos processos naturais de um determinado espaço. O litoral brasileiro é uma espacialidade com elevada densidade populacional, e que por isso, se transforma em razão dos efeitos das atividades humanas ali empreendidas (MILLER JUNIOR, 2011).

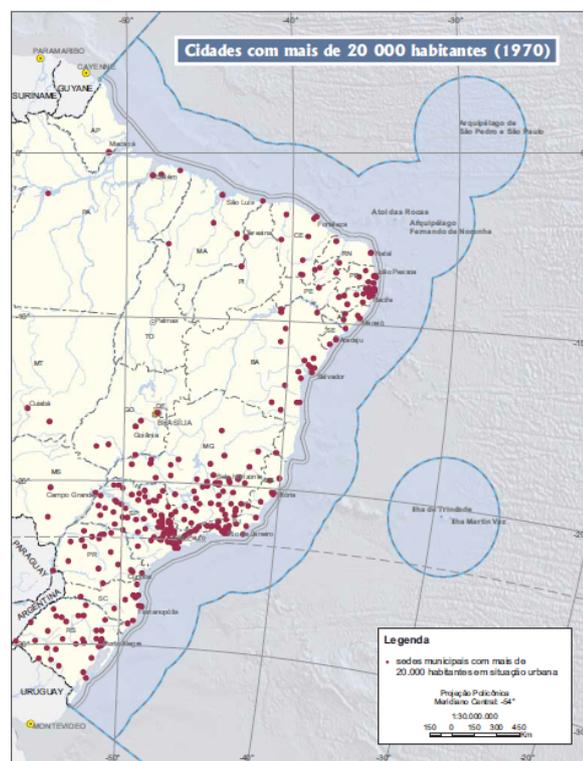
Ao longo dos anos, desde o início das ocupações, a configuração espacial da costa brasileira foi sendo modificada pela consolidação dos primeiros aglomerados em torno dos portos na época do Brasil colonial, iniciando-se um processo de transformação intensivo do ambiente em questão. Até se chegar ao período contemporâneo, onde podem ser encontrados cenários que vão desde metrópoles altamente desenvolvidas a comunidades tradicionais extrativistas (MORAES, 2007).

Como mencionado anteriormente, a urbanização no período colonial começa sutilmente com os primeiros assentamentos dos colonizadores, que se localizavam majoritariamente na zona costeira, tendo em vista a disponibilidade de recursos e localização estratégica para o escoamento de suas produções e a defesa do território. A priorização pela ocupação na faixa litorânea não foi algo exclusivo do Brasil, uma vez que é possível de se observar processo semelhante em outros países. Dessa forma, as emergentes atividades portuárias no período colonial brasileiro atraíam pontuais adensamentos urbanos em seus entornos por toda extensão da costa (NAKANO *et al.*, 2006; STROHAECKER, 2009).

No entanto, é a partir da segunda metade do século XX que a expansão urbana se torna uma problemática social e ambiental, pois o crescimento das cidades se intensificaram com o aumento das atividades industriais que se acentuou com a chegada das multinacionais, culminando em um período de pleno processo de metropolização, fenômeno que ocorre até o presente momento (NAKANO *et al.*, 2006).

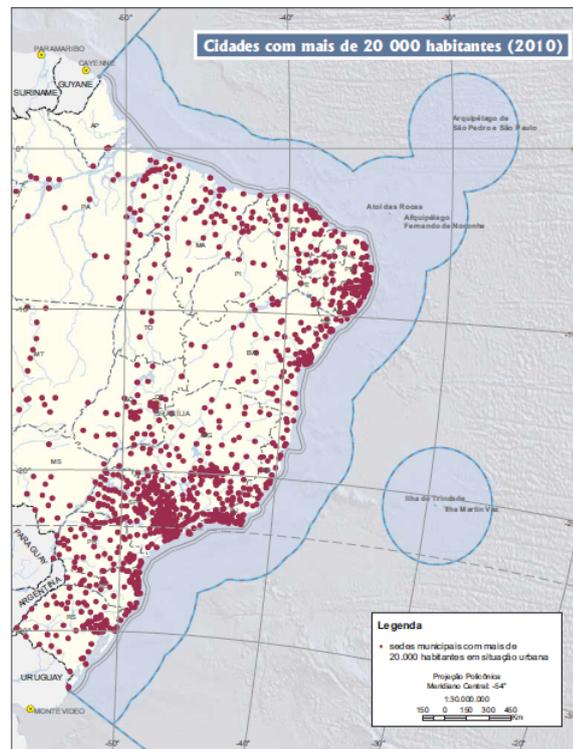
Conforme o último censo realizado pelo IBGE (2010), 26,6% da população brasileira reside em municípios costeiros, o equivalente a 50,7 milhões de habitantes, em que parte desses estão ocupados, direta ou indiretamente, em atividades ligadas ao turismo, produção de petróleo e gás, pesca e serviços que seguem a dinâmica econômica gerada por esses municípios (BRASIL, 2011). As figuras 1 e 2 são mapas que apresentam as cidades acima de 20.000 habitantes em dois períodos diferentes: 1970 e 2010.

**Figura 1** – Mapa das cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes até o ano de 1970.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/1980; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

**Figura 2** – Mapa das cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes até o ano de 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Comparando os mapas anteriores, pode-se observar que o crescimento populacional é expressivo nas regiões costeiras e onde também se localizam a maioria das capitais. A combinação da elevação da densidade demográfica com a ausência de políticas voltadas para o desenvolvimento ordenado e organização espacial dos centros urbanos gerou inúmeras problemáticas, tais como: desigualdade social; assentamentos em áreas naturalmente instáveis e de risco; poluição dos recursos hídricos; danos aos patrimônios históricos e culturais; superexploração dos recursos naturais; e degradação dos ecossistemas (SILVA; MODESTO, 2011).

Neste contexto, a realidade dos municípios costeiros não se diferenciou dos demais, sendo resultado de “um longo do processo histórico de ocupação do território nacional, forjando uma trajetória caracterizada pela diversidade ambiental e cultural, e por desequilíbrios sociais e econômicos” (BRASIL, [20--?], p. 1).

Levando em consideração o modo como se sucedeu o processo de urbanização costeira no Brasil, Santos (2006) afirma que a paisagem fornece heranças que exprimem as sucessivas relações do homem com a natureza que podem ser observadas num dado momento, configurando-se como uma construção transversal que é resultado dos traços criados em

momentos históricos diferentes, mas que coexistem na atualidade.

A alteração contínua das paisagens costeiras pode ser perceptível tendo em vista a ingerência dos impactos causados pelo homem sobre o seu ambiente. Logo, em função das graves consequências da falta de um planejamento pensado na conservação dos recursos naturais e na manutenção dos processos ambientais, começou-se a discutir a importância de salvaguardar a zona costeira a partir de uma gestão que permita a sua utilização de forma sustentável.

### **3.2 Questão ambiental e a zona costeira**

No último quartel do século 20, o meio ambiente torna-se um tema central nas relações internacionais, em razão da preocupação com as condições ambientais do planeta Terra. O debate, que permeava inicialmente acerca do crescimento populacional e a finitude dos recursos naturais, ultrapassou o âmbito acadêmico, alcançando vários segmentos nas esferas social, política e econômica (AJARA, 1993). Assim, pôde-se identificar o quadro socioambiental crítico a qual a sociedade contemporânea vivencia e os seus respectivos impactos ambientais que se tornam cada vez mais complexos (JACOBI, 1999).

Em busca de enfrentar a crise ecológica, surge o conceito de “desenvolvimento sustentável”, cujo modelo de progresso baseia-se nos pilares da justiça social, crescimento econômico e meio ambiente equilibrado, possibilitando o bem-estar social global e o atendimento das necessidades básicas atuais, sem comprometer os recursos naturais e as gerações futuras. Dessa forma, conforme Jacobi (1999, p. 178) “a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório”.

Logo, a emergência de redefinir o modo como o homem utiliza os recursos naturais vivos ou não vivos; faz o consumo dos mesmos; produz energia; organiza-se no espaço; e lida com as dificuldades sociais; incentivou a articulação de várias nações a fim de planejar um desenvolvimento em escala global baseado em princípios sustentáveis. A Agenda 21, documento assinado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) é um marco no que se refere a programas de ação a nível mundial.

Esse instrumento de planejamento para as sociedades do século 21 fornece diretrizes gerais para questões pertinentes do período, como justiça social, direitos humanos e combate à pobreza, à fome, ao analfabetismo, da mesma maneira que os problemas ambientais que também afetam o bem-estar do homem. Dentre as frentes de discussões e de

planejamento relacionadas ao meio ambiente, tem-se a conservação da diversidade biológica, o manejo rural sustentável, o manejo dos resíduos, a proteção à atmosfera, a gestão da zona costeira e oceanos e outras.

Dessa forma, o gerenciamento costeiro se mostra como sendo um dos desafios para o presente século, uma vez que se precisa compatibilizar a alocação de mais de metade da população mundial que vive num raio de 60 quilômetros do litoral e a conservação dos habitats que são importantes para o desenvolvimento e subsistências das populações costeiras e equilíbrio dos ecossistemas (BRASIL, 1992, p. 231).

Em 2015, como uma agenda complementar aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que como o próprio nome sugere, são ações globais baseadas em princípios sustentáveis para a erradicação da pobreza, promoção de bem-estar e prosperidade, proteção ao meio ambiente e enfrentamento às mudanças climáticas. Destaca-se o objetivo 14, que trata da conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, estabelecendo como uma das metas “até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível” (ONU, 2015).

No Brasil a extensão do seu litoral é de aproximadamente 8.500 quilômetros, e em virtude de sua dimensão continental, a zona costeira brasileira é composta por diversos ecossistemas, importantes feições naturais e os mais variados usos e ocupações, onde estão abrigados diferentes povos e culturas (MORAES, 2007).

Tendo em vista seus potenciais econômicos, estratégicos e habitacionais, a ocupação da zona costeira foi crescendo gradativamente. Ao passar dos anos, com o advento da Revolução Industrial, o desenvolvimento tecnológico e a expansão agrícola, este território passou por diversas modificações, destacando-se as suas características ambientais (SANTOS, 2004).

A evolução do Brasil frente à gestão de sua zona costeira traduz-se pelo progresso obtido através de instrumentos jurídicos que viriam a garantir o gerenciamento da costa brasileira por meio de normas e diretrizes. Na década de 1980, têm-se as primeiras movimentações político-jurídicas para a gestão dos recursos naturais marinhos e no trato do meio ambiente em geral.

Na Constituição Federal do Brasil (1988), o meio ambiente obteve um capítulo exclusivo. No *caput* do artigo 225, fica assegurado à população brasileira um meio ambiente equilibrado. Atenta-se para o parágrafo 4º desse artigo, onde a zona costeira recebe o título de

patrimônio nacional, sendo necessária a sua preservação e utilização por meio de regulamentações específicas.

Nesse sentido, observa-se que de modo geral a legislação brasileira compreende a zona costeira como sendo um ambiente de interação do ar, do mar e da terra abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre (BRASIL, 1988). De acordo com Moraes (2007), essa é uma definição bastante subjetiva, já que os critérios utilizados para sua delimitação dependem das finalidades pretendidas. Além disso, a zona costeira não é uma unidade natural que abrange um padrão singularizado ao longo da costa. Portanto, nem sempre os aspectos ambientais poderão servir como parâmetros para a sua divisão.

Constata-se, então, que a subjetividade de se definir os limites da zona costeira e de sua dinâmica ocupacional são dificuldades que se materializam no exercício da gestão. Por isso, surge a preocupação de empreender um planejamento que priorize a organização espacial do litoral e a conservação dos mosaicos de ecossistemas costeiros, de modo que juntamente com o poder público, a sociedade seja atuante no gerenciamento. Ou seja, considerar os pontos de vista daqueles que vivenciam uma determinada realidade no seu ambiente de moradia, trabalho ou lazer.

### **3.3 Gestão integrada e participativa da zona costeira**

O Gerenciamento Costeiro Integrado é um trabalho coletivo (instituições e sociedade), configurando-se geralmente em forma de programa governamental, cujo propósito principal é a utilização e a conservação dos recursos costeiros. Este processo (pois trata-se de um procedimento contínuo) caracteriza-se por ser participativo, interativo e adaptativo, pois, envolve uma avaliação da realidade em que se está inserida e objetiva o planejamento dos usos e o gerenciamento dos sistemas e recursos, levando em conta aspectos de natureza histórica, cultural e das tradições, como também os conflitos em função dos múltiplos interesses do espaço a ser analisado (POLETTE; SILVA, 2004).

No âmbito da gestão costeira em escala nacional, em 1988 foi publicado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em forma de lei (Lei nº 7.661), tendo como objetivo orientar a utilização dos recursos das regiões costeiras assim como contribuir para a manutenção e melhoria da qualidade da vida da população e proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Na primeira versão do PNGC, em 1990, o documento expressa o panorama nacional do período sobre os desafios de se gerir a costa brasileira, e também apresentou os

princípios norteadores, conceitos e definições, objetivos, diretrizes, ações programadas e os instrumentos. Assim, diante de um ambiente que é palco de diversas formas de uso, o governo entendeu como indispensável “planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades antrópicas na Zona Costeira e seu mais amplo equacionamento com o meio ambiente” (BRASIL, 1990, p. 2).

Observa-se como um dos princípios norteadores do Gerenciamento Costeiro Integrado a participação da sociedade na discussão do planejamento e na tomada de decisões. Em Portugal, o Ministério do Meio Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional fez uma publicação intitulada “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”. Nesta, foram apontados caminhos a serem traçados para a gestão do espaço costeiro de maneira integrada, baseados em nove princípios, onde se destacam os seguintes:

**Participação**, potenciando o activo envolvimento do público, das instituições e agentes locais e reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;

**Co-responsabilização**, assumindo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão da zona costeira com a comunidade, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, não só pelo princípio do poluidor – pagador e do utilizador – pagador, mas também pela procura de formas institucionais que permitam uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos utentes da zona costeira (GOMES *et al.*, 2007, p. 41-42, grifo nosso).

A participação da sociedade é um elemento muito importante na escolha de estratégias para gestão. O ponto de vista daqueles que ocupam um determinado espaço costeiro é relevante uma vez que os cidadãos podem colaborar com as suas perspectivas, vivências e saberes acerca da espacialidade. E ainda, trazer os diferentes atores da comunidade torna o processo mais democrático e também facilita a busca por solução dos conflitos de uso e mitigação dos danos ambientais.

A exemplo disto, no Brasil, tem-se o Projeto Orla, que é um programa que visa “aperfeiçoar o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, no caso em questão a orla, aproximando as políticas ambiental, urbana e patrimonial” (OLIVEIRA; NICOLodi, 2012, p.12). O Projeto Orla se insere no contexto da gestão costeira como sendo uma ferramenta que possibilita uma organização espacial de modo articulado com os diversos atores do setor público e privado. Esta ferramenta se restringe a uma escala de trabalho menos abrangente do que a zona costeira, a orla marítima.

O Projeto Orla norteia-se com base no arcabouço normativo brasileiro referente ao gerenciamento da zona costeira e aos bens imóveis pertencentes à união, buscando, assim, fortalecer a articulação e atuação dos múltiplos atores presentes na orla marítima para: uma

gestão integrada desse espaço; o estímulo à mobilização social através de uma gestão participativa; e o fomento de atividades econômicas baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

A participação comunitária é fundamental para a promoção da gestão integrada. Para Bordenave (1994, p. 12):

[...] a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disto, por meio da participação, conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com as suas próprias forças, tais como a construção de uma estrada ou uma ponte [...].

No entanto, o engajamento da população no processo de discussão do seu território, no diagnóstico socioambiental do espaço e na tomada de decisão é uma das grandes dificuldades para a gestão integrada e sustentável. Porquanto, a opinião crítica e o senso de corresponsabilidade não são devidamente construídos pelo indivíduo em razão de um acesso precário ao tema “sustentabilidade” e a temas correlatos.

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental (JACOBI, 2003, p. 192).

Por isso, sabendo-se da importância de estimular a população a perceber e refletir a sua ambiência, esta pesquisa visa contribuir com a sensibilização dos indivíduos quanto às problemáticas de ordem ambiental, social, econômica e urbana a fim de que os mesmos sintam-se como colaboradores para uma gestão sustentável, democrática, participativa e planejada do seu respectivo ambiente costeiro.

### **3.4 Percepção Ambiental**

Diante de toda a problemática socioambiental que envolve as regiões costeiras do Brasil e a necessidade de tornar o debate sobre a gestão desses espaços com maior atuação dos atores sociais, é importante entender como a sociedade percebe as alterações no seu ambiente. Em razão disso, tal compreensão pode ser verificada a partir da percepção ambiental.

A escolha dessa ferramenta se justifica pelo fato de fornecer ao pesquisador as diferentes noções, impressões e intuições de um indivíduo ou de uma coletividade a respeito do ambiente no qual estão inseridos. Assim, utilizando métodos que envolvam a percepção ambiental, pode-se obter como resultado a compreensão das inter-relações entre o homem e a sua ambiência, as suas satisfações e insatisfações, expectativas, anseios, julgamentos e

proposições (FERNANDES *et al.*, 2004).

A percepção é algo particular e que se difere de um indivíduo ou de um grupo social para o outro. O ser humano percebe o mundo simultaneamente através das suas experiências sensoriais proporcionadas por todos os seus sentidos: a visão, o olfato, o tato, o paladar e a audição (TUAN, 1980). A formação do pensamento e do saber dependem da condição humana, isto é, dos valores, crenças, contato com o ambiente natural, e o bem-estar em termos de saúde, educação, moradia, transporte, emprego, segurança. Estes fatores são essenciais na construção do comportamento, valorização e senso crítico do espaço em que vive (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, a percepção ambiental proporciona indiretamente informações sobre as vivências, valores e acesso a informação de um determinado indivíduo. Por isso, a proposta da pesquisa é ir além do entendimento das inter-relações da Comunidade da Taíba, mas também, conforme Melazo (2005, p. 46) “promover a sensibilização, a consciência, bem como o desenvolvimento do sistema de compreensão do ambiente ao seu redor”.

## **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos que foram determinados para a aquisição de dados através da pesquisa social empreendida na Praia da Taíba, tendo como base também os eixos temáticos expostos no referencial teórico do presente trabalho. Além disso, realiza-se uma delimitação e contextualização do local de estudo.

### **4.1 Investigação Bibliográfica**

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica é imprescindível para a fundamentação teórica, como também identifica o nível de conhecimento referente aos assuntos que permeiam o estudo (GIL, 2010). Por isso, o presente trabalho partiu de um levantamento com base em materiais já publicados acerca de temas relacionados à zona costeira, percepção ambiental, tipos de pesquisa e métodos de amostragem. Além disso, buscou-se referências que se dedicassem em investigar o distrito da Taíba, que mesmo estando situado em uma área estratégica (proximidade de Fortaleza e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém) possui limitado número de publicações a respeito.

Dessa forma, a procura pela bibliografia se deu por meio de livros, revistas científicas, repositórios acadêmicos, plataformas digitais e anais de eventos científicos que abordem os componentes do eixo temático da investigação.

### **4.2 Pesquisa social e método de amostragem**

Este trabalho se enquadra no tipo de investigação que tem como objetivo descobrir respostas para determinados problemas por meio de metodologias científicas a fim de obter novos conhecimentos no campo da realidade social (GIL, 2008). O Quadro 1 mostra alguns vieses que a pesquisa segue para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos adotados.

**Quadro 1** – Vieses metodológicos seguidos para pesquisa social empreendida no trabalho.

Viés	Descrição
Qualitativo	Considera subjetividade que não pode ser mensurada numericamente, como a percepção, aspirações, crenças, valores e atitude.
Descritivo	Objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Minayo (2001) e Gil (2008).

Optou-se como técnica de aquisição de dados a entrevista estruturada, “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201). Este tipo de entrevista baseada em perguntas se assemelha com outra técnica: o questionário. Esse método de investigação consiste em um conjunto questões cuja intenção é traduzir os objetivos da pesquisa por meio de perguntas específicas que forneçam ao pesquisador informações acerca dos conhecimentos, valores, crenças, comportamentos do presente e do passado e expectativas dos participantes (GIL, 2008).

Dessa forma, questionários distintos para moradores (APÊNDICE A) e frequentadores (APÊNDICE B), com 23 e 20 questões (abertas e fechadas), respectivamente, foram elaborados para que a comunidade da Taíba e seus visitantes expressassem suas percepções a respeito da evolução da expansão urbana e do turismo, e as implicações destes na paisagem. Havia também no questionário perguntas sobre idade, sexo, estado civil, renda e nível de escolaridade a fim de identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados. O critério estabelecido para responder às questões era possuir idade igual ou superior a 18, independente de ser analfabeto ou não.

O número amostral foi de 70 entrevistados (40 moradores e 30 frequentadores, dentre turistas<sup>2</sup>, visitantes<sup>3</sup>, veranistas<sup>4</sup> e excursionistas<sup>5</sup>), o qual foi baseado na “amostragem por acessibilidade ou por conveniência” proposto por Gil (2008). Este procedimento é pouco rigoroso em relação aos outros tipos de amostragem, pois geralmente é aplicado em estudos

<sup>2</sup> Pessoas que se deslocam para fora de seu local de residência permanente por mais de 24 horas, pernoite, por motivo outro que o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda recebida fora da região visitada (BRASIL, 2011).

<sup>3</sup> São pessoas que se deslocam do seu local de residência para realizar viagens curtas para negócios, participar de eventos, lazer, visitar parentes ou a amigos (OMT, 2013).

<sup>4</sup> Usuário de residência secundária (ASSIS, 2013).

<sup>5</sup> Pessoas que, em sua viagem, permanecem um tempo inferior a 24 horas fora do local de residência, porém, sem efetuar o pernoite (OMT, 2013).

exploratórios ou qualitativos e não ser exigido elevado nível estatístico. Assim sendo, o pesquisador estabelece os elementos que melhor considera representarem o universo amostral.

As visitas ao distrito ocorreram em dois momentos, primeiramente, para o reconhecimento da área e estabelecimento de contato com a comunidade local, no mês de janeiro de 2019. Posteriormente, houve a aplicação dos questionários, que foi realizada em três dias - 4, 5 e 6 de maio de 2019 - priorizando o final de semana, tendo em vista a maior probabilidade de um maior fluxo de moradores e frequentadores. A abordagem foi feita de forma aleatória pelas ruas, praças, estabelecimentos de lazer, comércios e pontos turísticos da Praia da Taíba.

### **4.3 Análise da percepção ambiental**

Para a análise das informações obtidas através dos questionários, em um primeiro momento, foi feita a tabulação em planilhas eletrônicas para fins de organização e tratamento dos dados. Em seguida, utilizou-se algumas ferramentas para mostrar com maior clareza os resultados provenientes da captação da percepção ambiental dos participantes:

- Elaboração de gráficos e tabelas para expressar as opiniões dos entrevistados referentes, principalmente, às questões de múltipla escolha;
- Convencionou-se um quadro contendo parâmetros quanto ao grau de representação (de 0 a 5) dos entrevistados em relação a algumas frases sobre o bem estar dos moradores da Taíba;
- Criação de “nuvens de palavras” para a identificação dos termos mais mencionados pelos moradores e frequentadores, objetivando evidenciar palavras-chaves utilizadas durante a fala dos mesmos.

### **4.4 Aspectos éticos**

Esta pesquisa foi desenvolvida e apoiada nas convenções éticas de pesquisa, elencados na resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe das diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas que envolvem seres humanos (BRASIL 2012) e na resolução nº 510 de 2016 que trata sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes (BRASIL, 2016). Dessa forma, o presente

trabalho encontra-se devidamente cadastrado na Plataforma Brasil e credenciado pelo parecer nº 3.284.109 emitido pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará (ANEXO A).

#### 4.5 Área de estudo

Com aproximadamente 573 quilômetros de linha de costa, o litoral do estado do Ceará apresenta-se com elevada dinamicidade por causa das diversas atividades desenvolvidas. Do ponto de vista natural, a zona costeira cearense se destaca pela beleza paisagística, onde podem ser observadas falésias, dunas móveis e fixas, estuários, manguezais, ambientes lacustres e recifes de arenito, que abrigam uma rica diversidade biológica (CAMPOS *et al.*, 2003; MORAIS *et al.*, 2012)

A intensa utilização desse espaço pode ser justificada pelos atributos que o ambiente fornece, provocando a fixação de inúmeras atividades econômicas. A Região Metropolitana da capital do estado (Fortaleza) insere-se na espacialidade em questão, promovendo a concentração de centros comerciais, o estabelecimento de moradias, a instalação de portos, parques industriais, desenvolvimento de atividades pesqueiras, construção de resorts, hotéis e pousadas.

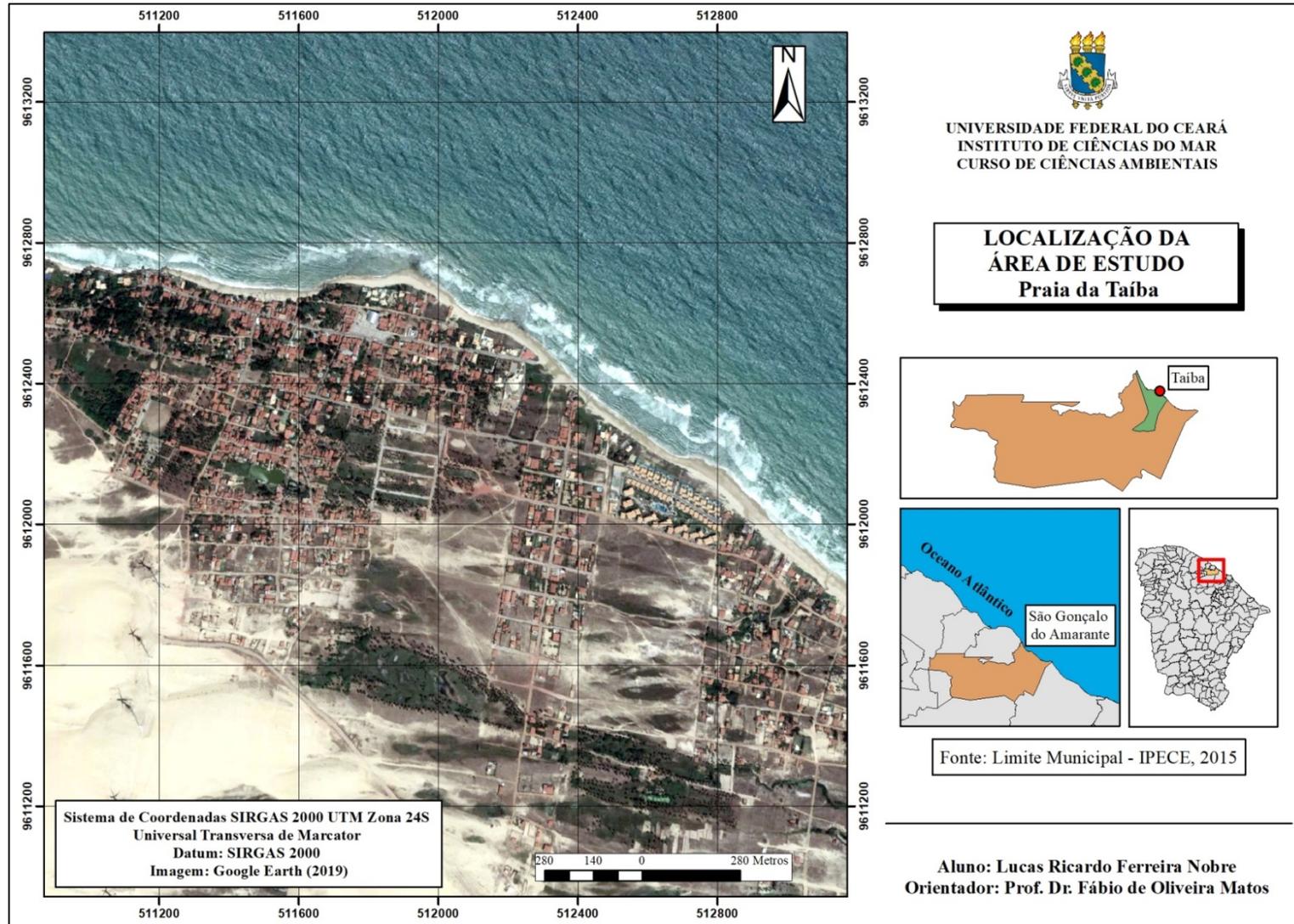
A presente pesquisa tem como recorte espacial a localidade da Taíba (Figura 3), distrito situado em São Gonçalo do Amarante, município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Conforme Pereira (2013), o espaço litorâneo metropolitano equivale a uma rede de lugares, articulados às racionalidades locais e estrangeiras, que não teria sua materialidade sem as práticas sociais nos lugares. Desse modo, a capital Fortaleza aparece como sendo a cidade irradiadora das principais dinâmicas metropolitanas de lazer.

Assim como a maioria das praias utilizadas para práticas de lazer, vilegiatura e de turismo do Ceará, a Taíba também tem sua origem a partir de uma vila de pescadores, passando por diversas transformações (ARAÚJO, 2013) e criada formalmente no ano de 1986 (IPECE, 2017). Tal distrito possui 5.104 habitantes, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), onde sua população trabalha em serviços domésticos nas residências secundárias, no setor da construção civil, em pequenos estabelecimentos comerciais, na pesca e em atividades ligadas ao turismo (LANDIM NETO *et al.*, 2014).

A Taíba localiza-se no litoral oeste do Ceará, aproximadamente 70 quilômetros de distância de Fortaleza, apresentando uma orla de 10 km de extensão, com uma faixa larga de areia, dunas e recifes de arenitos, possuindo muitas falésias com reentrâncias formadas pelo

hidrodinamismo das marés (PAIVA; MACEDO, 1997 *apud* DIAS; ROCHA-BARREIRA, 2011). A praia é uma atração para os veranistas devido a sua beleza cênica e infraestrutura (ver Figura 4), sendo também muito utilizada para a prática de esportes náuticos e de atividades pesqueiras (MEDEIROS *et al.*,2014).

**Figura 3** – Localização da área de estudo (Praia da Taíba - São Gonçalo do Amarante - CE).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

**Figura 4** – Vista da praia da Taibinha, ponto turístico da Taíba.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Próximo à Praia da Taíba, o distrito do Pecém aloca o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O Terminal Portuário do Pecém (TPP), inaugurado oficialmente em 2002, integra-se a este empreendimento. A sua implantação teve como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais que são imprescindíveis ao desenvolvimento de um complexo com características de porto industrial (NOGUEIRA *et al.*, 2005). Dada a sua condição de acesso, construção de casas de veraneio e loteamentos, tem feito a Taíba abrigar um grande contingente de trabalhadores do CIPP, fixando suas residências temporárias na área urbana (LANDIM NETO *et al.*, 2014).

Do ponto de vista geoambiental, em São Gonçalo do Amarante (SGA) os campos de dunas são destaque na paisagem, os mesmos se estendem até três quilômetros em relação à linha da costa seguindo em direção sudoeste, formados por dunas móveis e algumas dunas fixas. Podem ser observadas também planícies de deflação e nas áreas mais distantes da costa planícies de aplainamento e planícies fluviais (CEARÁ, 2016).

Com base na observação *in loco* e em publicações (DANTAS *et al.*, 2006; MEDEIROS *et al.* 2014; CEARÁ, 2016), nota-se que a pressão antrópica exercida pela especulação imobiliária e a ocupação desordenada irregular têm contribuído para a degradação das feições encontradas na Praia da Taíba. A abertura de estradas e áreas loteadas em locais inapropriados provocaram o desmonte de falésias e aplainamento de dunas, descaracterizando os componentes ambientais da área. Ademais, algumas construções próximas à faixa de praia estão sendo afetadas pelos impactos da erosão costeira.

Diante disto, Taíba aparece como sendo uma interessante espacialidade litorânea a ser investigada, uma vez que as práticas marítimas modernas alteram a dinâmica de organização no espaço, os seus aspectos ambientais, bem como a relação do homem e a zona costeira.

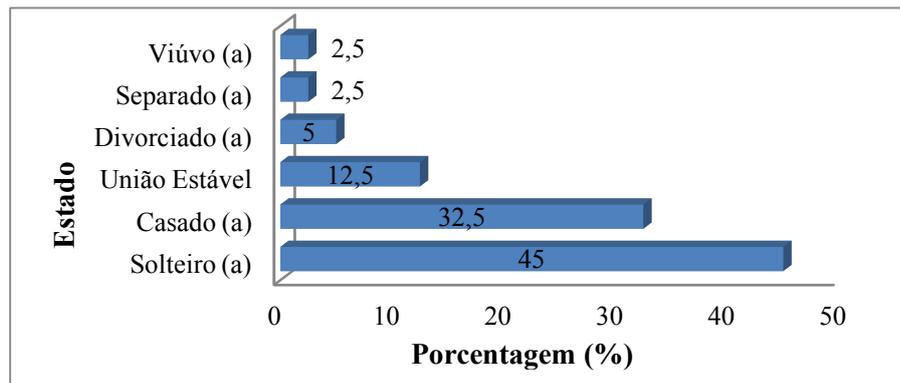
## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta uma análise dos dados obtidos a partir das perguntas que foram feitas para os moradores e frequentadores da Praia da Taíba para a compreensão das percepções, opiniões e posicionamentos dos atores sociais em relação à expansão urbana ao longo dos anos; a modificação dos aspectos paisagísticos do distrito; às condições ambientais e sociais atuais; ao turismo local; e às medidas necessárias para solução das problemáticas apontadas.

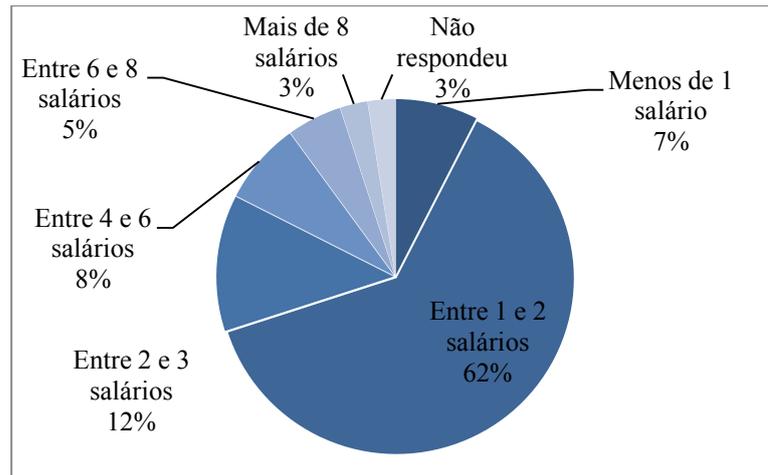
### 5.1 Análise da percepção ambiental dos moradores

Em relação aos moradores, do total da amostra (40 indivíduos), 62,5% eram mulheres e 37,5% eram homens, solteiros em sua maioria (45%), como pode ser visto no Gráfico 1. A pessoa mais nova consultada tinha 20 anos e a mais velha 66 anos. Constatou-se uma média 3,62 pessoas por residência e que 62% dos entrevistados possuem renda mensal familiar no intervalo entre 1 a 2 salários mínimos (Gráfico 2).

**Gráfico 1** - Estado civil dos moradores da Comunidade da Taíba.

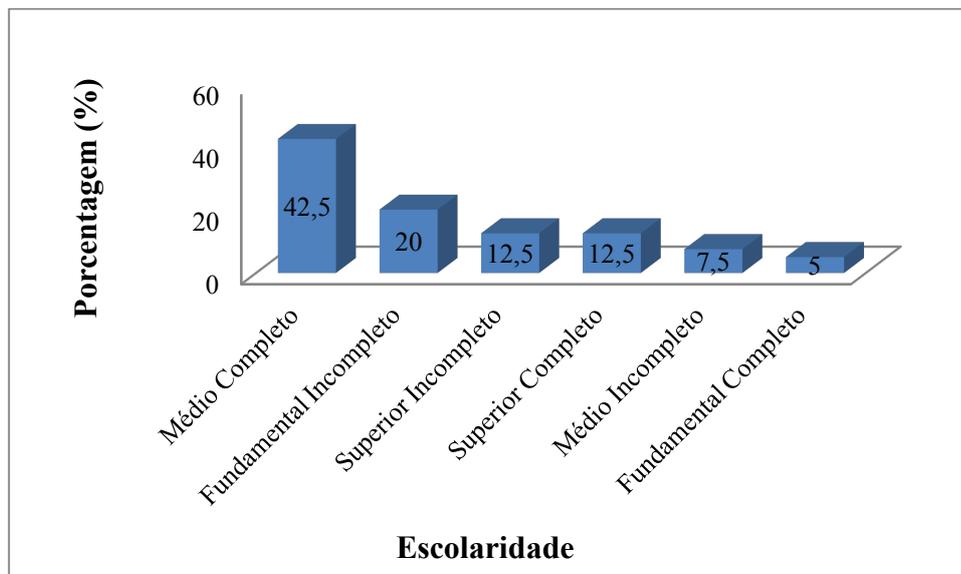


Fonte: Elaborado pelo autor.

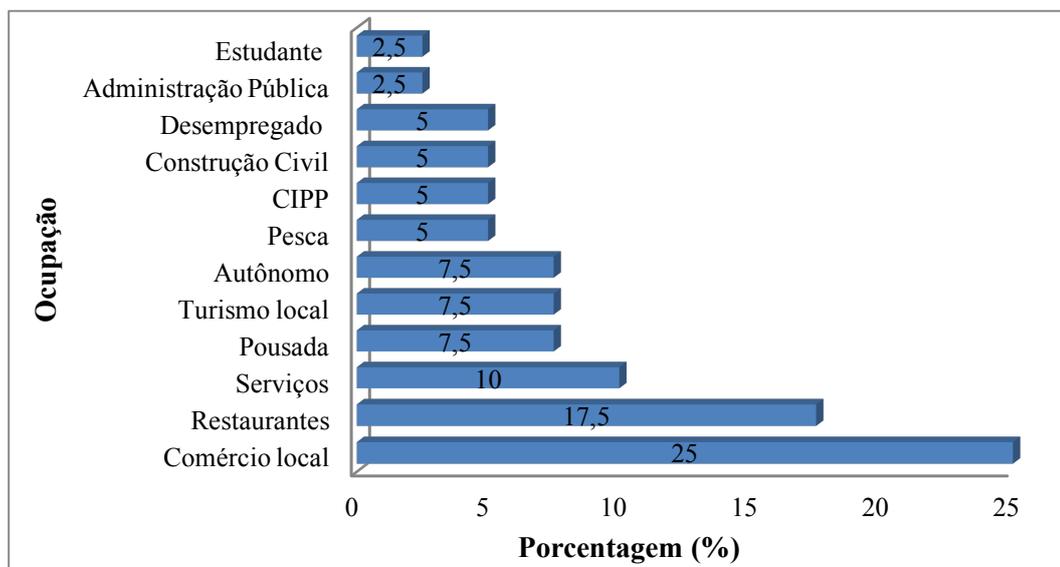
**Gráfico 2** - Renda mensal familiar dos moradores da Comunidade da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao grau de escolaridade, todos os entrevistados cursaram pelo menos o primário completo, tendo a maioria (67,5%) concluído o ensino médio, somando as opções “médio completo”, “superior completo” e “superior incompleto” (Gráfico 3). No que se refere ao trabalho atual dos moradores, as atividades que mais se destacam são as voltadas para o comércio, restaurantes, serviços em geral, pousadas e turismo local (passeios de *buggy*), como pode ser visualizado no Gráfico 4.

**Gráfico 3** - Nível de escolaridade dos moradores da Comunidade da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

**Gráfico 4** - Ocupação atual dos moradores da Comunidade da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O questionário aplicado para esse grupo busca construir um perfil do morador da Taíba bem como compreender de que modo eles observam o seu meio, as alterações e os impactos do processo de expansão urbana na paisagem, os elementos que são característicos do distrito e ao que atribuem as condições atuais de seu ambiente costeiro.

A entrevista inicia-se com as perguntas “*Há quanto tempo você mora na Taíba?*” e “*Você consegue perceber mudanças ao longo dos anos que morou aqui?*” a fim de identificar o tempo de residência no distrito e relacionar isso com a sensibilidade dos participantes frente às modificações urbanas, ambientais econômicas e sociais. Verificou-se que o entrevistado mais antigo mora há pelo menos 49 anos e o mais novo há um ano. Quando perguntados se eles notavam mudanças, 67,5% disseram que “sim” e 32,5% que “não”.

O tempo (cronologia) é um fator bastante considerável na resposta sobre a percepção de possíveis mudanças no distrito. Uma pessoa que habita em um determinado lugar há mais tempo tende a ter maior quantidade de experiências, vivências e lembranças, facilitando, portanto, presenciar as transformações de seu ambiente e comparar diferentes épocas. Assim, notou-se que a média do tempo de residência entre o grupo que percebeu modificações é de 22,5 anos, e já o outro grupo teve uma média de 11,07 anos. Ou seja, uma diferença superior a 10 anos entre as médias, evidenciando que o tempo teve influência nas respostas.

Daqueles que percebiam alterações, perguntava-se complementarmente “quais”

mudanças. Foram pontuadas questões relacionadas ao crescimento urbano (“*houve evolução, passou de primitivo para outro patamar*”), à infraestrutura do distrito (obras de praças, calçamentos e iluminação), ao aumento da população em geral (moradores, visitantes, turistas e veranistas), aos aspectos ambientais, destacando-se o avanço do mar, a poluição por resíduos sólidos na praia, destruição de lagoas e dunas, o “*mar impróprio para banho, principalmente no inverno*”, as obras de saneamento e do novo mirante (ponto turístico) inacabadas (Figura 5), e à gestão da prefeitura (“*Esquecimento da Taíba pelo poder público*”).

**Figura 5** - Obras de requalificação do mirante da Taíba inacabadas.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

A presente pesquisa parte do pressuposto de que houve uma intensificação do processo de expansão urbana na Taíba. Com objetivo de entender as motivações desse crescimento, foi perguntado: “*Você acha que ao longo dos anos morando na Taíba houve crescimento (expansão urbana, construções, loteamentos?)*”, se a resposta para essa pergunta fosse favorável, eles deviam dizer o que motivou. A partir do levantamento, constatou-se que 72,5% dos moradores declararam perceber o aumento da urbanização, e que 27,5% acreditam não ter ocorrido esse processo.

Entre as motivações elencadas, dois aspectos foram bastante mencionados: o turismo e as atividades do CIPP. As praias cearenses acabam tendo uma vocação natural para o turismo em razão de suas belezas cênicas, assim, essa atividade é bastante incentivada na zona costeira. Para os moradores, as paisagens, a tranquilidade, a prática de esportes náuticos e a proximidade com Fortaleza contribuíram para a construção de hotéis, pousadas e segundas

residências para atrair visitantes. Além disso, a oferta de empregos provocada pelo início das atividades portuárias e industriais movimentou o mercado imobiliário da região.

O turismo tornou-se um dos principais vetores da política de desenvolvimento do Ceará, sendo incontestável sua importância para a resolução do desemprego nas comunidades costeiras e déficits econômicos (DANTAS, 2002). Contudo, observou-se que esta atividade tem passado por dificuldades nos últimos anos, segundo os locais. Embora 82,5% concordem que a praia da Taíba seja turística, a população encontrava-se indignada sobre a temática, pois conforme relatado, existe “*potencial turístico, mas sem investimento*” e que “*falta incentivo*”. Para 82,5% da amostra não há investimentos nessa área, alegando, por exemplo, que o distrito está “*entregue às moscas*”. A vinda dos turistas é pontual no decorrer do ano, concentrando-se apenas quando se tem condições ótimas para prática de *kitesurf* (e outros esportes) e durante eventos como o Festival de *Scargot*. Mesmo aqueles que achavam ter incentivos (12,5%) ressaltavam a insuficiência dos investimentos e criticavam a defasagem vivenciada na Taíba em relação a praias de municípios vizinhos.

Indagando-os sobre um cenário onde não existisse fluxo turístico, foi questionado se a dinâmica da Taíba “*seria diferente? Seria melhor ou pior? Por quê?*” de modo que eles pudessem expressar suas visões quanto habitantes de uma cidade que tem como parte de sua identidade a predisposição, a aspiração e a promoção do turismo. Essas respostas permitiram dividir os participantes em três grupos:

**Quadro 2** - Opinião dos moradores quanto ao cenário sem fluxo turístico na Taíba.

Grupo	Justificativas
Acredita que seria melhor <b>(27,02%)</b>	<i>“Seria um paraíso”;</i> <i>“... não teria tanta poluição”;</i> <i>“Melhor pra quem não quisesse ter um poder aquisitivo elevado”;</i> <i>“Um lugar mais tranquilo, seria melhor, sem marginais”;</i> <i>“Seria como antes [antigamente], melhor”;</i> <i>“... fluxo turístico que não deixa dinheiro. Os estrangeiros se apropriam [do espaço] com as pousadas”;</i>
Acredita que seria pior <b>(62,17%)</b>	<i>“Dificultaria as condições financeiras dos moradores”</i> <i>“Afetaria o comércio, restando somente a pesca”</i> <i>“O turismo é importante ainda, mesmo sendo pouco”</i> <i>“A gente vive do turismo”</i> <i>“... as pessoas dependem disso. Há pouco emprego, vive-se apenas de pesca e turismo”</i> <i>“Importante para riqueza local”</i> <i>“Não existiria Taíba, seria pior e ninguém moraria na Taíba”</i>
Permaneceria igual <b>(10,81%)</b>	<i>“Não tem tanto fluxo turístico”</i> <i>“Turismo pontual, em épocas comemorativas”</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 2 mostra algumas respostas feitas pelos moradores, constatando-se que mais da metade deles consideram que o turismo é essencial para a manutenção da economia local e sua prosperidade, tendo em vista a subsistência e a geração de emprego. Em contrapartida, a porção de 27,5% dos consultados opinou que ausência de fluxo turístico tornaria o distrito um lugar melhor. Observou-se, portanto, um anseio pelo resgate da Taíba de períodos anteriores, isto é, mais tranquila, sem pretensões para o desenvolvimento turístico e com qualidade ambiental superior. Já a menor parcela dos entrevistados (10,81%) considera não haver mais fluxo turístico expressivo, permanecendo iguais as condições da localidade.

Verifica-se, portanto, que para a maioria, o turismo exerce um papel importante na economia do distrito, mas que uma parcela acredita que a ausência do fluxo turístico na Praia da Taíba seria benéfica. Logo, perguntou-se *“Você se incomoda com a presença dos turistas na Taíba?”* a fim de compreender se a figura do turista, ou até mesmo de outros frequentadores, causavam algum incômodo. Dessa forma, aferiu-se que 97,5% dos entrevistados não se incomodavam, tendo somente um morador afirmado se sentir desconfortável, mas que não justificou a sua resposta.

Sobre a moradia dos entrevistados, perguntou-se *“Você sempre morou na sua*

*residência atual?*”, se a resposta fosse “não”, outros questionamentos eram feitos: “*O que motivou a sua mudança? O que existe onde você residia antigamente?*”. Com essas perguntas pretendia-se identificar se as motivações da mudança de residência estavam relacionadas a alguma pressão para compra de imóveis destinados a equipamentos de lazer, serviços de hospedagem e segundas residências. 55% dos participantes disseram que sempre moraram na mesma casa, e 45% (18 indivíduos) já ter se mudado. As causas que os fizeram mudar de residência foram basicamente por motivos pessoais, 50%, a busca por um local mais confortável, 22%, condições financeiras 17%, e 11% não explicaram.

Quanto ao que existe atualmente onde os entrevistados residiam, apenas quatro consultados (22,2%) afirmaram que as antigas residências foram modificadas para a construção de um pousada, duas casas de veraneio e um comércio. Os demais disseram que permanece sendo a mesma casa (50%), não sabem (16,7%) ou não explicaram (11,1%). Pode-se dizer, então, que da amostra analisada, não se pode inferir que houve uma ação relevante na compra de propriedades imobiliárias com objetivo de se construir empreendimentos ou casas que atendam aos turistas ou veranistas.

No tocante aos aspectos paisagísticos da Praia da Taíba, foi perguntado “*A paisagem da Taíba foi sempre a mesma? Se não, você consegue identificar quais mudanças?*” com o intuito de saber se os entrevistados atribuíam a modificação da paisagem a expansão urbana. Contabilizou-se que 57,5% consideraram que a paisagem não permaneceu a mesma. “*Ela [Taíba] era mais paradisíaca e natural*”. De acordo com os relatos, a evolução da ocupação pelo homem afetou os elementos que compõem a paisagem. Foi percebida a supressão da vegetação que se localizava defronte ao mar, a movimentação (natural) dos campos de dunas bem como o avanço de construções sobre essas feições e a implantação de um parque eólico (Figura 6).

**Figura 6** - Parque eólico sobre as dunas da Taíba.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

A identificação das mudanças referia-se, principalmente, às construções de residências, pousadas/hotéis, equipamentos de lazer (restaurantes e barracas), isto é, a ampliação da malha urbana. Foi pontuada a maior proximidade das casas com a faixa de praia e de residências sobre as dunas. Conforme relatado por um participante, houve um “*crescimento da cidade sem controle*”.

O avanço do mar foi algo também notado de diferente na paisagem. Para um morador, existia “*Mais areia na praia antigamente*”. Ao longo da faixa de praia, verificavam-se a colocação de pedras (Figura 7) para coibir que o mar atingisse as casas e parte de algumas moradias desabaram, supostamente, com a ação do mar (Figura 8).

De acordo com um estudo sobre a percepção da erosão costeira na Praia da Taíba, de Medeiros *et al.* (2014), a maioria dos entrevistados (usuários da praia em geral) acreditam que os principais problemas enfrentados no distrito estão relacionados ao avanço do mar e aos efeitos das ações erosivas, podendo ser observado a intensificação desses processos pela presença do Terminal Portuário do Pecém. De fato, a estrutura do porto (molhe), do tipo *offshore* (que não está diretamente ligado à terra), pode contribuir com o desequilíbrio de sedimentos para outras regiões da costa, uma vez que a formação de uma zona de amortecimento energético, pode provocar um acúmulo de areia. Assim, os sedimentos que seguiriam o transporte longitudinal tenderiam a ficar retidos, havendo assoreamento a barlar do molhe e erosão a sotamar (VIEIRA *et al.*, 2007).

**Figura 7** - Medidas de contenção do avanço do mar em algumas residências.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

**Figura 8** - Casa destruída supostamente pela ação do mar.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Em relação a alguns aspectos do bem-estar dos moradores da Taíba, foi pedido para que o entrevistado atribuisse notas de “0” a “5” quanto à sua identificação com algumas frases. A nota “0” seria um fator o qual realmente não o representasse e 5 um fator que o representasse muito. Fazendo o cálculo de média aritmética das notas para cada frase (Tabela 1), obteve-se os seguintes números:

**Tabela 1** - Média das notas atribuídas pelos moradores para cada frase.

Frases	Média
a. A Taíba é um lugar ao qual me sinto parte.	4,75
b. A Taíba é um lugar agradável, mas poderia ser melhor em vários aspectos.	4,75
c. Receio que me aconteça algo inesperado a qualquer momento na Taíba.	2,90
d. Não me sinto seguro (a) nesse local.	1,92
e. Não tenho interesse de morar em outro local.	3,71

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 3** - Grau de representação do bem estar dos moradores da Taíba.

Média	Grau de representação
Entre 0 e 1	Não representa
Entre 1,1 e 2	Representa pouco
Entre 2,1 e 3	Representa Razoavelmente
3,1 e 4	Representa
4,1 a 5	Representa muito

Fonte: Elaborado pelo autor.

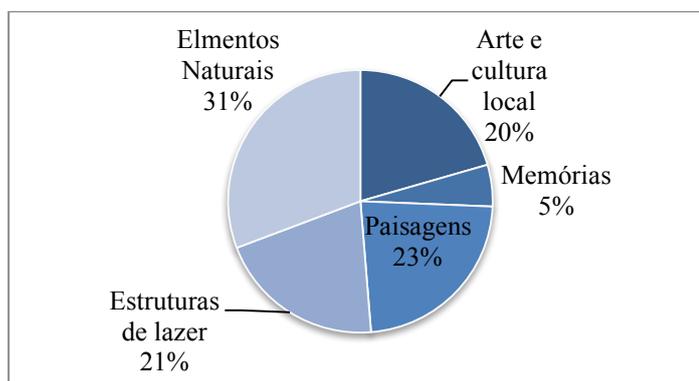
Levando em consideração os níveis de representação do Quadro 3, as frases “a” e “b” alcançaram as maiores notas (dentro da faixa “representa muito”), ficando evidente que os moradores possuem uma relação de pertencimento com o seu ambiente, entretanto, mesmo considerando um local agradável, não fecham os olhos para a necessidade de progressos para a Taíba. Em relação à frase “c”, o receio de que algo repentino aconteça, retrata de modo razoável o total da amostra. Quanto à sensação de insegurança (frase “d”), embora tenha sido relatado pelos entrevistados o aumento da criminalidade, a média das notas para essa sentença foi pouco representativa, isto é, não se sentem inseguros.

No que concerne ao interesse de morar em outra localidade (frase “e”), o valor calculado (3,71) representa que os participantes não se veem morando em outro lugar. No entanto, a diferença de aproximadamente um ponto a menos comparado às frases “a” e “b”, pode indicar que a carência de alguns aspectos do distrito (serviços básicos, segurança, bem estar,...) seja um fator considerável para se buscar uma moradia em outra localidade.

Em seguida, foram apresentados alguns elementos característicos da Taíba (arte e cultura local, memórias, paisagens, elementos naturais, estruturas de lazer - bares, restaurantes, barracas... -, os elementos naturais - praia, falésias, dunas... -, e vida noturna), de

modo que os entrevistados escolhessem aquele que considera ser mais importante.

**Gráfico 5** - Elementos de maior importância para os moradores da Comunidade da Taíba.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o Gráfico 5, quatro elementos se destacaram pela distribuição homogênea dos valores. Atenta-se para os dois mais escolhidos, elementos naturais (31%) e paisagens (23%). Isso demonstra a importância dada por parte dos moradores aos aspectos relacionados ao meio ambiente, ou seja, o valor que eles atribuem aos componentes ambientais da Taíba.

As estruturas de lazer aparecem com uma cota também expressiva, podendo-se justificar pelo fato de que 17,5% da amostra trabalham em restaurantes. Além disso, 15% têm como ocupação atividades ligadas ao turismo e em pousadas, que colaboram com o consumo nos estabelecimentos de lazer, movimentando, portanto, a economia local.

Ainda que pouco comentado durante as entrevistas, os aspectos artísticos e culturais foram escolhidos por 20% dos entrevistados. De acordo com um participante, existe um processo de “*desvalorização da cultura local*” em razão da mistura e perda da essência da Comunidade da Taíba, contudo, percebe-se que é algo significativo para os moradores. Em relação às memórias, apenas 5% consideraram como o elemento mais importante e a vida noturna não pontuou.

Partindo para uma abordagem ambiental mais direta, foram feitas algumas perguntas acerca da conservação da praia e a identificação de problemáticas ambientais. A Tabela 2 mostra os percentuais das respostas para as seguintes perguntas:

**Tabela 2** - Percentual das respostas para perguntas sobre conservação e impactos ambientais na Praia da Taíba.

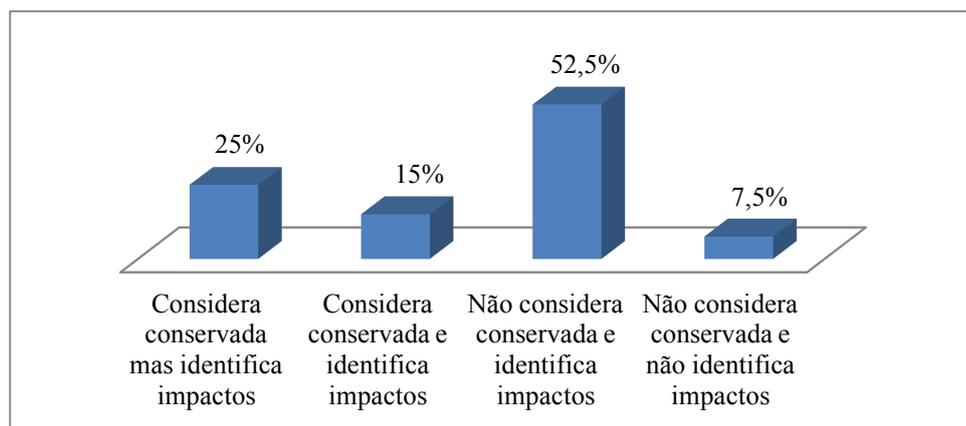
Perguntas	Sim	Não
1. Você considera a praia da Taíba ambientalmente conservada?	40%	60%
2. Você identifica problemas ambientais na Taíba? Se sim, quais?	77,5%	22,5%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Essas perguntas revelam a sensibilidade dos entrevistados no que diz respeito à temática ambiental e a capacidade de detectar os processos de descaracterização do ambiente em que vive. Pouco mais da metade dos entrevistados responderam que não considera a praia conservada do ponto de vista ambiental (Tabela 2). Quando perguntados sobre a observação de algum impacto ambiental, 77,5% puderam dizer pelo menos um exemplo.

Exercendo uma relação entre as respostas das perguntas 1 e 2 (Gráfico 6), verificou-se que aproximadamente metade dos participantes não considerava a Praia da Taíba ambientalmente conservada e enxergava algum tipo de impacto. Já 25% dos moradores indicaram efeitos negativos sobre o meio mesmo afirmando que o distrito é conservado. Apenas 15% não percebiam nenhum problema ambiental. O menor percentual corresponde às pessoas que não julgavam o distrito como conservado, no entanto, não souberam identificar os impactos.

**Gráfico 6** - Relação entre as respostas das perguntas 1 e 2.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos impactos ambientais, os problemas relacionados à poluição foram os mais comentados. Conforme os moradores, a limpeza urbana encontra-se em situação de precariedade e a praia encontra-se constantemente com muito lixo. Além disso, relataram que a ausência de sistema de esgotamento sanitário tem afetado a qualidade da água do mar da Praia da Taíba, sendo uma preocupação sobre o impacto dessa situação na saúde da

população. Uma mensagem que sintetiza essa atenção por parte dos habitantes da área sobre a questão da água foi observada na vela de uma jangada, preconizando a valorização da água (ver Figura 9 e 10).

**Figura 9** - Jangada com mensagem: “Quem valoriza a água valoriza a vida”.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

**Figura 10** - Saída de uma galeria pluvial que chega ao mar com presença de espuma.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

No que diz respeito à expansão urbana do distrito e a sua organização espacial, uma moradora exclamou que “*Crescimento sem projeto destrói a natureza!*”, referindo-se a

ausência da elaboração de um plano voltado para o ordenamento territorial com vistas a proteção do meio ambiente. De acordo com os moradores, essa falta de planejamento somada a falta de fiscalização pelos órgãos competentes materializa-se, por exemplo, em “*lagoas que foram aterradas para construção de lotes*”, “*construções [irregulares] na orla marítima*”, “*Invasão das dunas*”.

Atenta-se para o fato de que mesmo atravessando por um momento difícil do ponto de vista turístico, o distrito abrigará o primeiro *resort* seis estrelas do Ceará, ocupando uma área de aproximadamente dois hectares (O POVO, 2019). Em referência a esse empreendimento, um morador afirmou que “*as construções de hotéis e resorts [são feitas] sem a consulta do povo*”. O equipamento localiza-se sobre a pequena faixa de falésia que é cartão postal da Praia da Taíba (Figura 11).

**Figura 11** - Obras do *resort* seis estrelas.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Diante da realidade vivenciada pelos moradores, perguntou-se quais soluções eles proporiam para a melhoria dos problemas levantados. Essa pergunta objetivava estimular nos participantes o papel de tomador de decisão e entender como os participantes mitigariam os impactos ambientais negativos. A Figura 12 exibe uma “nuvem de palavras”, com os termos mencionados durante as respostas.



dos aspectos naturais do distrito.

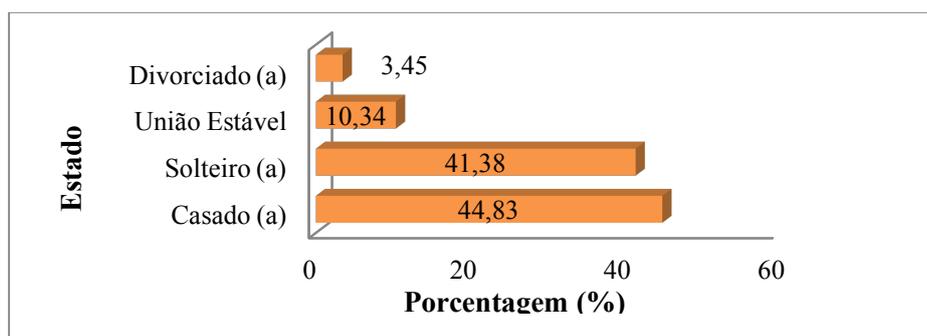
Percebeu-se pela fala dos moradores que o distrito da Taíba encontra-se “desamparado” por parte do poder público de São Gonçalo do Amarante, que pode ser constatada quando alguns participantes dizem que “*A Taíba é carente de ações governamentais*” e que “*se tivesse alguém pela Taíba*” os problemas poderiam ser resolvidos.

Embora fosse bastante atribuída ao poder público a responsabilidade pela mitigação dos problemas vivenciados na Praia da Taíba, a palavra “conscientização” se destaca no discurso de alguns partícipes. Dos 31 indivíduos (77,5% da amostral) que afirmaram identificar algum impacto ambiental, apenas quatro (16%) entrevistados citaram como proposta o ato de tomar consciência sobre as questões ambientais que envolvem a comunidade. Pôde-se verificar uma noção, por parte de alguns moradores, de que a manutenção das condições ambientais também deve ser um exercício praticado pela sociedade (“*quem faz o meio ambiente são as pessoas*”; “*depende dos nativos melhorar*”).

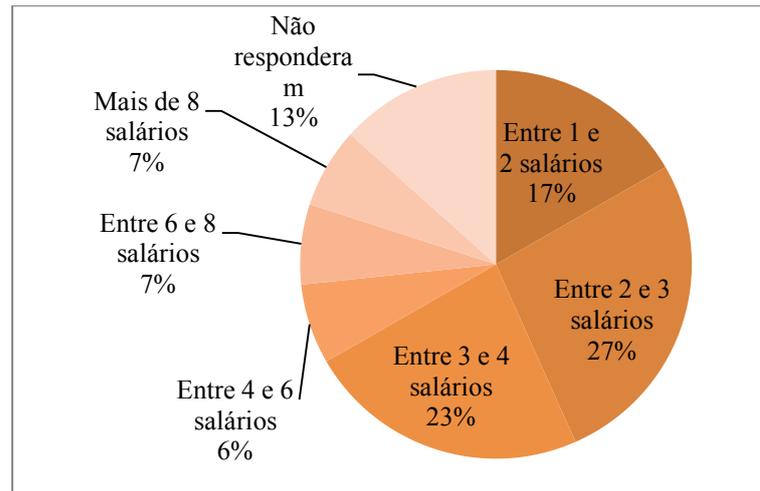
## 5.2 Análise da percepção ambiental dos frequentadores

No que diz respeito aos frequentadores, do total da amostra (30 indivíduos), 57% das pessoas entrevistadas são do sexo feminino e 43% do sexo masculino, sendo em sua maioria casados e solteiros (Gráfico 7). Quanto à idade, as pessoas consultadas estavam na faixa entre 20 e 70 anos. Com relação à renda mensal, destaca-se que nenhum dos participantes apresentou receita inferior a um (1) salário mínimo e que 50% dos frequentadores apresentaram renda entre 2 a 4 salários, somadas as duas faixas de remuneração mais expressivas (Gráfico 8). Suas profissões são de diversos setores, tendo a categoria “serviços em geral” (motorista, vigilante, cabeleireira, diarista e operador de produção) a maior quantidade (Gráfico 9).

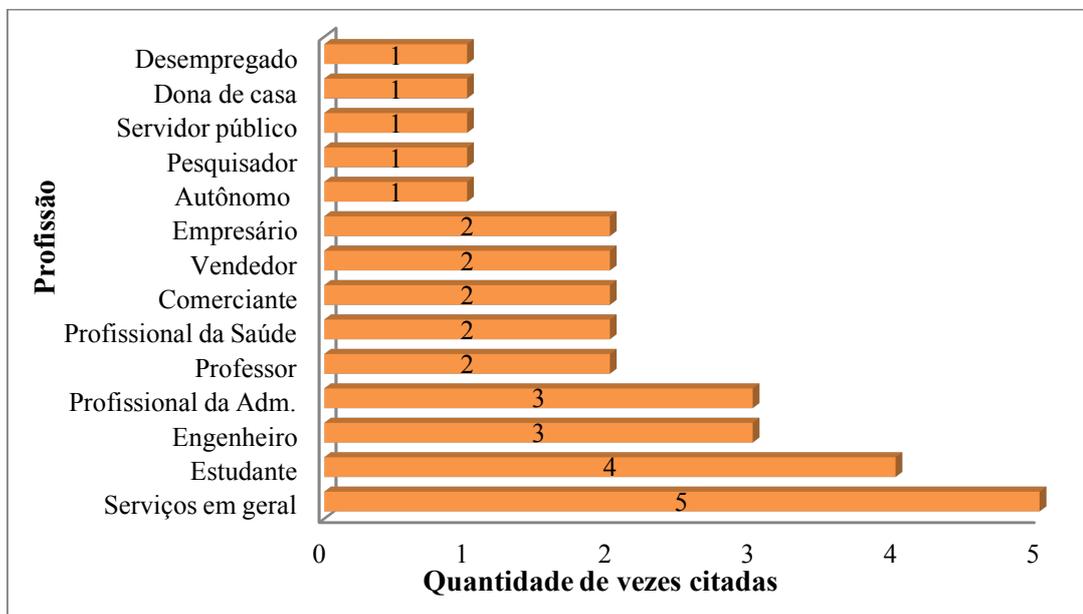
**Gráfico 7** - Estado civil dos frequentadores da Praia da Taíba.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

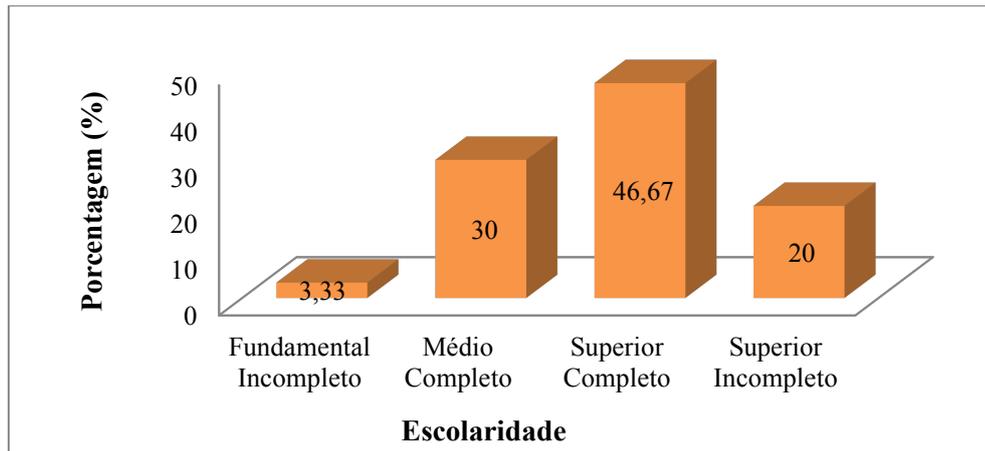
**Gráfico 8** - Renda mensal familiar dos frequentadores da Praia da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Gráfico 9** - Profissão dos frequentadores da Praia da Taíba.

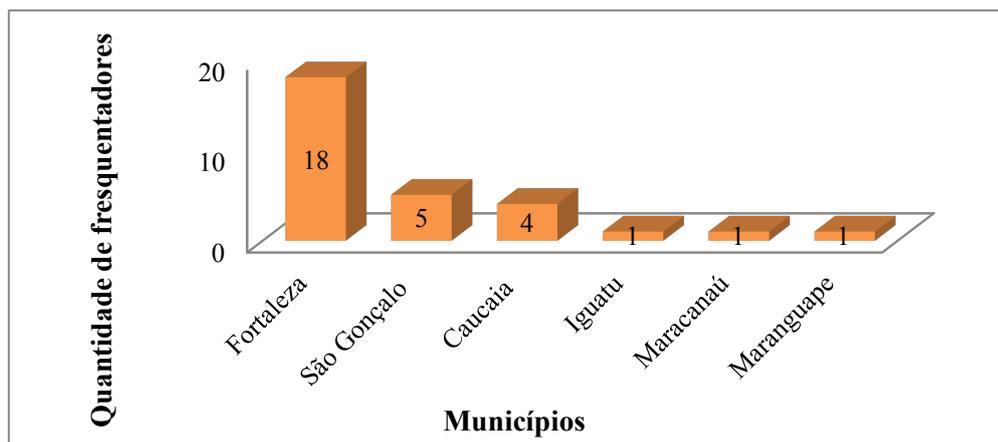
Fonte: Elaborado pelo autor.

O nível de escolaridade se mostrou mais elevado em relação aos dos moradores, de modo que enquanto se tem mais residentes da Taíba com ensino médio completo (42%) e Fundamental Incompleto (20%), entre os frequentadores o ensino superior foi concluído por 46,67% e o ensino médio completo por 30%. Apenas um entrevistado não tinha a formação do ensino médio (ver Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Grau de escolaridade dos frequentadores da Praia da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

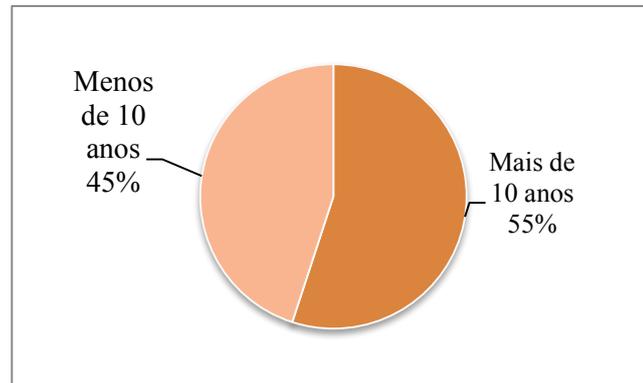
Nos dias em que foram aplicados os questionários, constatou-se que os entrevistados vinham de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, com a exceção de um turista oriundo de Iguatu (Ceará). A maioria reside em Fortaleza (Gráfico 11), seguido por São Gonçalo do Amarante (demais localidades), Caucaia e outras cidades.

**Gráfico 11** - Número de frequentadores por cidade de origem da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A fim de tomar conhecimento da relação (temporal) dos frequentadores com a Praia da Taíba, foi perguntado “*Há quanto tempo você frequenta esta praia?*”. Quando o período respondido era superior a 10 anos, questionava-se quais mudanças o entrevistado percebia ao longo dos anos de visita. Esse valor foi estipulado tendo em vista as maiores chances de se presenciar modificações e criar vínculos com a espacialidade.

**Gráfico 12** - Tempo que os visitantes, turistas, veranistas e excursionistas frequentam a Praia da Taíba.



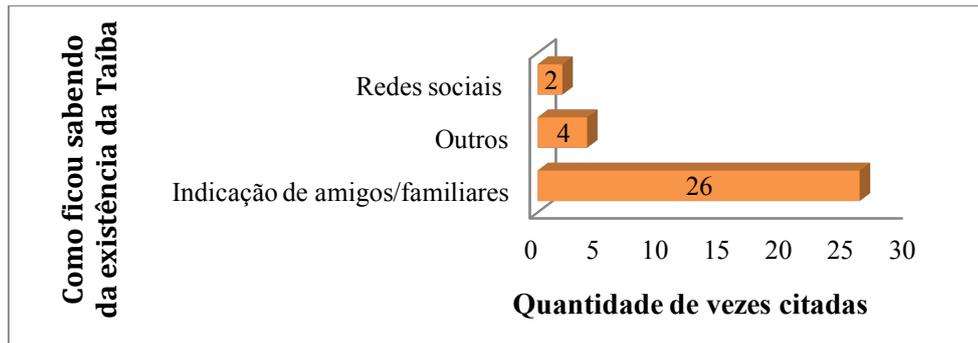
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao separar a amostra com esse propósito, verificou-se um equilíbrio, uma vez que os percentuais (Gráfico 12) para ambos os grupos ficaram bastante próximos. Calculando a média do tempo de frequência dos dois grupos, desconsiderando aqueles que estavam indo pela primeira vez, obteve-se: 23 anos e quatro anos.

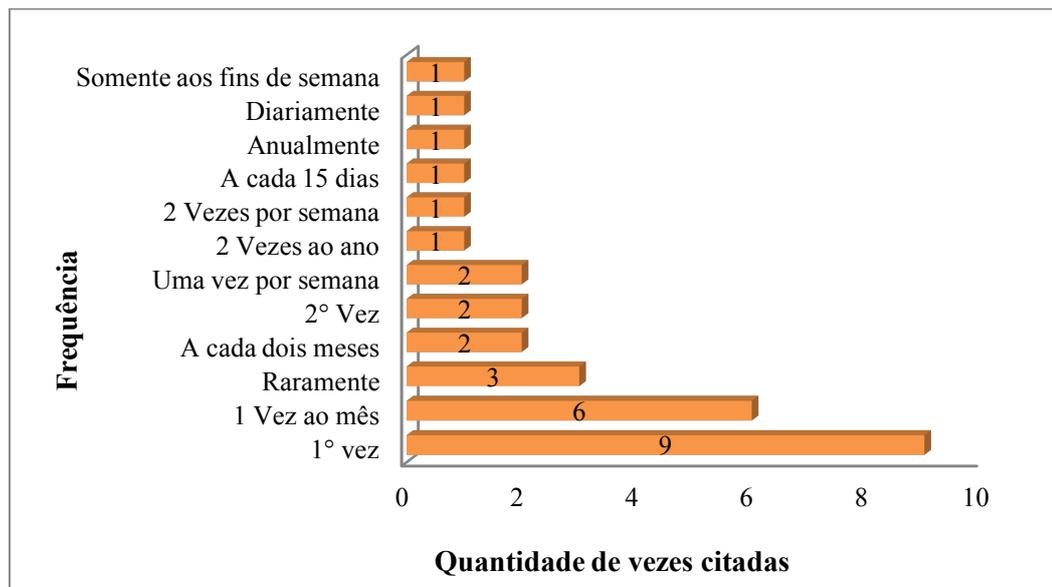
Perguntados sobre o que eles conseguiam perceber de mudanças ao longo dos anos, foi falado que do ponto de vista paisagístico houve uma “*perda de paisagem*”, atribuindo às modificações e a “*destruição*” da praia, além da instalação das torres de energia eólica e aumento das construções. Foi notado também um evidente processo de avanço do mar e seus efeitos em alguns imóveis. Já outros entrevistados, percebiam apenas alterações da movimentação turística (diminuição) e na infraestrutura (iluminação, calçamento) do distrito.

Com a finalidade de identificar o perfil dos frequentadores, foram feitas algumas perguntas gerais sobre como descobriram a existência da Praia da Taíba, a frequência de visita, bem como as formas de hospedagem e transporte e as atividades praticadas durante a estadia.

Os frequentadores tomaram conhecimento sobre a Taíba a partir principalmente da indicação de amigos e parentes, mas também pela proximidade com Fortaleza, sinalizações (outros) e redes sociais (Gráfico 13). Conforme foi levantado, a maioria, nove participantes estava visitando pela primeira vez, e, portanto, ainda não tinha uma frequência que pudesse ser estipulada (Gráfico 14). Contabilizando aqueles que citaram “somente aos fins de semana”, “diariamente”, “a cada 15 dias”, “2 vezes por semana” e “uma vez ao mês”, verificou-se que 12 frequentadores, quase metade da amostra, apresentam uma assiduidade considerável.

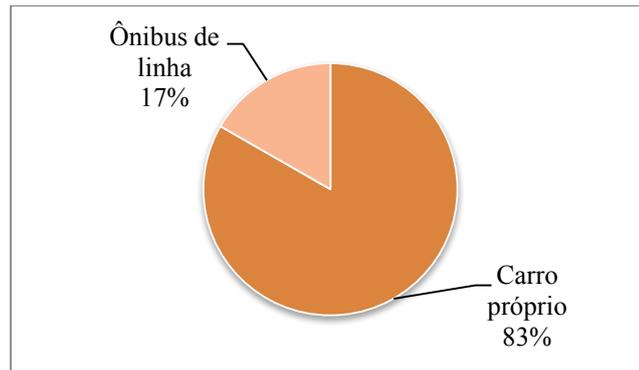
**Gráfico 13 - Formas de conhecimento da Praia da Taíba.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

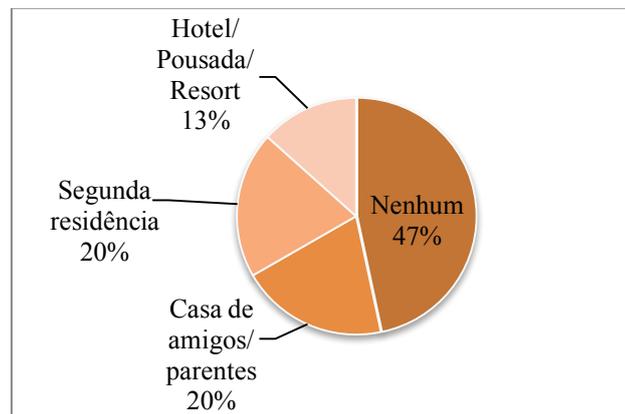
**Gráfico 14 - Frequência dos entrevistados na Praia da Taíba.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao meio de transporte utilizado para ir à Taíba, o carro próprio foi o mais citado (83%) (Gráfico 15). No que se refere ao tipo de hospedagem, 47% dos entrevistados estavam apenas passando o dia, pois não iriam pernoitar. 20% estavam alojados em suas casas próprias (segundas residências), podendo identificá-los como veranistas (ver Gráfico 16).

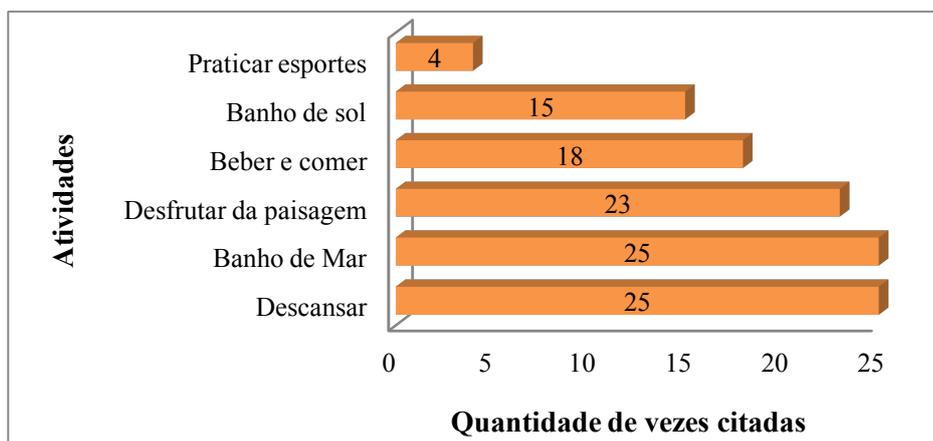
**Gráfico 15** - Meios de transportes utilizados para ir à Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Gráfico 16** - Formas de hospedagem na Praia da Taíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

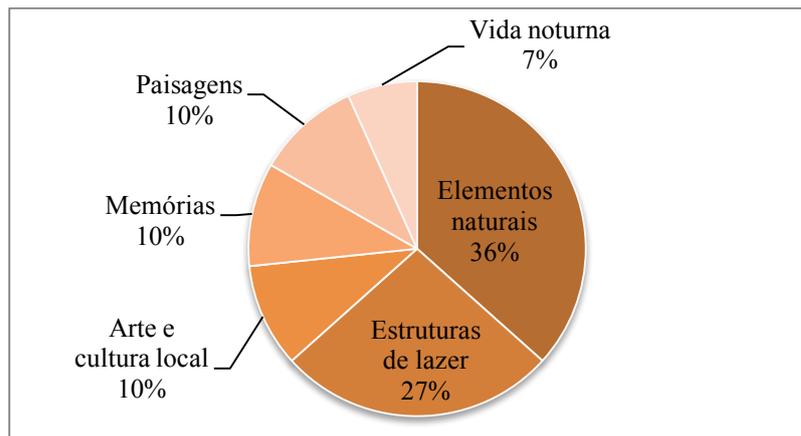
Quanto às formas de utilização e às atividades praticadas na praia, constatou-se que a busca pelo descanso, banho de mar e a contemplação da paisagem foram os mais citados (ver Gráfico 17).

**Gráfico 17** - Atividades praticadas pelos frequentadores da Praia da Taíba

Fonte: Elaborado pelo autor.

Logo após, foram apresentados alguns elementos característicos da Taíba, assim como foi realizado com os moradores, de modo que os entrevistados escolhessem aquele que considerasse ser mais importante. No entanto, para os frequentadores, incluíram-se outros fatores que são mais pertinentes aos turistas, excursionistas e visitantes do ponto de vista do uso recreativo da praia, são eles: limpeza da praia, oferta de serviços de restaurantes, oferta de serviços hoteleiros, espaços para deposição de resíduos sólidos, acessibilidade para deficientes físicos e oferta de serviços de lazer (passeios, alugueis de equipamentos e outros).

**Gráfico 18** - Elementos de maior importância para os frequentadores da Praia da Taíba.



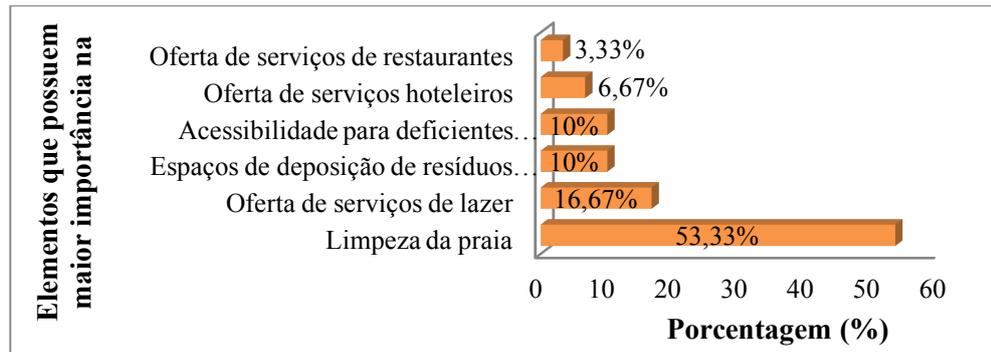
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que a categoria referente aos atributos naturais apresentou maior percentual, assim como nos moradores, indicando a relevância daquilo que compõe a natureza, por parte dos entrevistados (Gráfico 18). A classe “estruturas de lazer” aparece em segundo lugar, presumivelmente em razão da procura por ambientes que proporcionem descanso, prática de atividades de entretenimento e alimentação. Memórias, arte e cultura local e paisagens foram igualmente citados. Quanto à vida noturna, essa obteve o menor percentual.

De acordo com o Gráfico 19, em relação àquilo que a praia pode oferecer e proporcionar de bem-estar para os frequentadores, constatou-se que para a maioria entrevistados é importante para a sua estadia que a praia se encontre em um bom estado de limpeza, correspondendo a 53,33% do total de entrevistados. Em segundo lugar, outro aspecto significativo, a oferta de serviços de passeios e aluguel de equipamentos (16,67%).

Dessa forma, percebe-se que os visitantes, turistas e veranistas acham importantes os aspectos naturais bem como a manutenção da qualidade (limpeza da praia), ou seja, uma valorização dos componentes ambientais e também da conservação ambiental da localidade.

**Gráfico 19** - Elementos de maior importância quanto ao uso recreacional da Praia da Taíba.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Empreendendo uma abordagem mais explícita sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, perguntou-se quais atrativos da praia chamavam atenção. O termo “paisagem” foi bastante mencionado entre os entrevistando, qualificando-a, por exemplo, como “*natural*”. Muitos componentes que formam a paisagem da Taíba foram especificamente citados, como o mar, as dunas, as piscinas naturais (Figura 13) que se formam entre os recifes de arenito durante a maré baixa, as falésias e as lagoas.

**Figura 13** - Formação de piscinas naturais nos recifes de arenito.



Fonte: Acervo pessoal.

Outro aspecto que chama a atenção dos frequentadores é a tranquilidade. Comparando de modo genérico com outras praias do Ceará, onde há maiores concentrações de banhistas e movimentação de pessoas, a Taíba é notoriamente mais calma, não tendo complicações para se acomodar na praia e estacionar veículos próprios, por exemplo. Além

disso, comentou-se que a proximidade com Fortaleza torna mais fácil a acessibilidade.

Em seguida, indagou-se sobre o estado de conservação ambiental e a identificação de impactos na área. A Tabela 3 apresenta os percentuais das respostas para as seguintes perguntas:

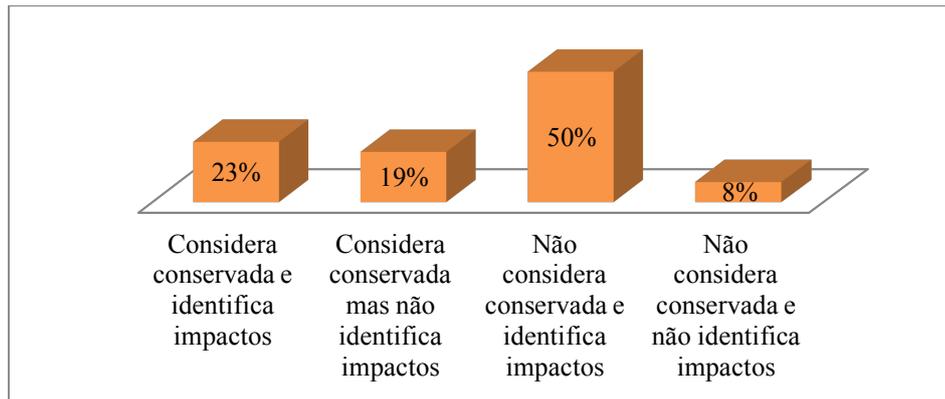
**Tabela 3** - Percentual das respostas para perguntas sobre conservação e impactos ambientais na Praia da Taíba.

Pergunta	Sim	Não	Não soube responder
1. Você considera a praia da Taíba ambientalmente conservada?	37%	50%	13%
2. Você identifica problemas ambientais na Taíba? Se sim, quais?	70%	30%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas perguntas, também feitas aos moradores, revelam a sensibilidade dos frequentadores da Taíba no que diz respeito à temática ambiental e a capacidade de detectar algum processo descaracterização ambiental, seja em um primeiro momento (aqueles que visitaram pela primeira vez) ou ao longo dos anos utilizando-a. Assim, verifica-se que metade dos entrevistados respondeu que não considera a praia conservada do ponto de vista ambiental (Tabela 3). 13% dos entrevistados não souberam responder a pergunta “1”. Quando perguntados sobre a observação de algum impacto ambiental, 70% puderam citar ao menos um exemplo.

Exercendo uma relação entre as respostas das perguntas 1 e 2 (Gráfico 20), desconsiderando aqueles que não souberam responder, observou-se que metade dos participantes não considera a Praia da Taíba ambientalmente conservada e percebe impactos. 23% dos frequentadores indicaram efeitos negativos sobre o meio mesmo afirmando que o distrito é conservado. No entanto, 19 % não percebiam nenhum problema ambiental. O menor percentual corresponde às pessoas que não julgavam o distrito com *status* de “conservado”, mas que, não souberam identificar os impactos. Daqueles que não souberam responder, dois entrevistados não identificavam efeitos negativos sobre o meio ambiente e outros afirmaram observar.

**Gráfico 20** - Relação entre as respostas das perguntas 1 e 2.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo o que foi relatado em resposta aos impactos ambientais, a presença de resíduos sólidos é a problemática mais apontada pelos consultados, caracterizando-a como “suja”. Para um entrevistado, isso ocorre devido ao “*não recolhimento do lixo pelos usuários da praia e dos donos de restaurante*”.

Outro prejuízo ambiental elencado refere-se aos esgotos clandestinos e a ausência de sistema de esgotamento sanitário. Segundo uma turista, é possível visualizar residências que tem a saída de seus rejeitos posicionada para a praia de maneira que entra em contato com a água do mar (“*água que vem direto das casas e vai direto para o mar*”). Ainda reclamou-se bastante de “odores” e “mau cheiro”, especialmente na área da Taibinha. No entanto, não se pode associar exclusivamente aos despejos mencionados, uma vez que na Taíba encontram-se muitas algas, e durante o processo de decomposição são liberados gases com cheiro desagradável.

Além disso, foram apontados problemas em relação ao processo de urbanização desordenado e dificuldades vivenciadas por propriedades em locais inadequados: “*construções em lugares inadequados*” e que atrapalham o acesso à praia; “*crescimento [urbano] em cima das dunas*”; e “*influência por parte da ‘comunidade’ nas construções na praia*”. Isso pode ser visto na Figura 14, onde o muro de uma residência na faixa de praia estende-se até onde se inicia a os bancos de recife de arenito, prejudicando o acesso daqueles que querem transitar para o outro lado da praia.

**Figura 14** - Muro residencial dificultando acessibilidade na faixa de praia.



Fonte: Acervo pessoal (2019).

A expansão urbana, que por algumas vezes foi qualificada como desordenada pelos participantes, é resultado da falta de imposição de limites para a ocupação da Praia da Taíba, isto é, de políticas de planejamento do espaço. Essa ausência materializa-se através das problemáticas pontuadas pelos atores sociais ao longo das entrevistas: sistema de esgotamento ainda inexistente, construção de residências e empreendimentos em áreas ambientalmente instáveis e sem a consulta da população local. Conforme Rossetto (2003) a necessidade da melhoria da qualidade dos espaços urbanizados no Brasil é urgente, e para isso, necessita-se de respostas rápidas, que é por meio da gestão desses territórios, efetivada a partir de políticas urbanas, integradas, inclusivas e participativas com vistas ao desenvolvimento social, econômico e a preservação ambiental.

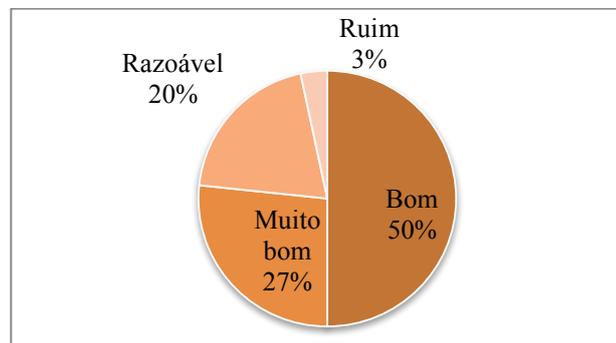
Diante do que foi exposto pelos participantes, perguntou-se quais soluções seriam necessárias para a melhoria dos problemas levantados. Essa pergunta objetivava estimular nos participantes o papel de tomador de decisão, enquanto usuário da praia, e entender como os participantes mitigariam os impactos ambientais negativos.



entrevistados colocaram sobre aqueles que fazem uso e ocupam o distrito. A palavra “conscientização” e “esclarecimento”, em destaque na nuvem de palavras, indicam que os usuários, sejam moradores ou frequentadores, devem tomar ciência dos possíveis impactos que as suas ações provocam no meio ambiente. Assim, conforme alguns participantes comentaram: “*trabalhar com a população a conservação ambiental*”, elaborar um “*plano de ação de conscientização ambiental com turistas e nativos*” e proporcionar uma “*abertura de diálogo com a comunidade pelo poder público*”.

Por fim, foi solicitado que os entrevistados classificassem a Praia da Taíba em “muito bom”, “bom”, “razoável”, “ruim” ou “muito ruim” quanto ao seu grau de satisfação (Gráfico 21) durante o a sua estadia.

**Gráfico 21** - Percentual do grau de satisfação para a Praia da Taíba.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Constata-se que grande parte dos participantes avaliou positivamente, com um percentual de 77%, quando somados as opções “bom” e muito bom”. Quanto ao “razoável” e o “ruim” pontuaram 20% e 3%, respectivamente. Então, pode-se dizer que, embora metade dos entrevistados não considerem Praia da Taíba “conservada” e 70% observem impactos ambientais (como pode ser visto na Tabela 3) e expressarem a necessidade de melhorias, ainda assim, os mesmos atribuíram opiniões satisfatórias.

### 5.3 Análises gerais

A imagem e a ideia que o indivíduo cria em relação ao que o cerca, isto é, a natureza, aquilo que o homem constrói e até mesmo dele próprio, é produto de suas experiências pessoais, aprendizados, imaginação e memórias. No entanto, a identidade também é um fator determinante para as múltiplas percepções do espaço, assim como Machado (1996) exemplifica, um nativo e um viajante adquirem e assimilam informações de forma diferente, assim como a observação pessoal, se diária ou casual, produzem impressões

distintas.

Assim, “diferentes atores não vêem os problemas ambientais e desenvolvimento de mesma maneira [...]. O sentimento de responsabilidade, ou a idéia que dele se faz, varia enormemente conforme a categoria social” (ALIROL, 2004, p. 24), sendo a percepção ambiental de fundamental importância, facilitando a compreensão da realidade do público-alvo, suas satisfações e insatisfações bem como o trabalho com bases locais (FAGGIONATO, 2002).

A partir da análise realizada entre os dois grupos, pode-se empreender algumas reflexões com base nas percepções dos entrevistados. A expansão urbana foi impulsionada pelas condições favoráveis para o estabelecimento do turismo, como também colocado pelos entrevistados, a implantação do CIPP, e por isso, o aumento de construções de residências, pousadas, *resorts* e parcelamento de terras (loteamentos) (ver Figuras 16 e 17). É notável que os impactos ambientais pontuados principalmente pelos moradores correspondem aos efeitos das transformações de ordem urbana pelas quais o distrito passou.

**Figura 16** - Imagem de satélite de uma área da Praia da Taíba no ano de 2004.



Fonte: Google Earth (2004).

**Figura 17** - Imagem de satélite de uma área da Praia da Taíba no ano de 2018.



Fonte: Google Earth (2018).

De acordo com Cruz (2006, p. 338), o turismo apresenta duas características intrínsecas que o torna diferente de outras atividades econômicas, “uma delas é o fato de o

turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo”. Dessa forma, pode-se dizer que o fluxo turístico “concretiza-se em um fenômeno socioespacial complexo, que tem como face mais visível uma atividade econômica extremamente dinâmica e impactante na contemporaneidade do nosso mundo social” (FRATUCCI, 2014, p. 91).

No contexto taibense, observou-se que a maioria dos moradores entende essa atividade como peça essencial para a sustentação econômica do distrito. No entanto, atenta-se para o fato da mesma já ter apresentado pleno progresso, encontrando-se atualmente enfraquecida.

A partir dos dados obtidos quanto ao local de origem dos frequentadores, embora carecendo de informações a médio e longo prazo, observa-se que o fluxo de visitação à praia se restringe ao público interno do próprio Ceará, principalmente da RMF. Logo, embora a Taíba esteja inserida em uma área prioritária das políticas de desenvolvimento ao turismo (zona costeira), não é possível avaliar a mesma como integrante da rota do turismo de sol, praia e mar.

Alban (2008) traz algumas considerações sobre fenômenos da dinâmica turística nas praias nordestinas, alegando que “na grande maioria dos casos, a infraestrutura chega, viabiliza o *boom* turístico, mas não o sustenta. Em consequência disso, ocorre a saturação e a degradação social e ambiental dos complexos”.

A falta de investimentos e incentivos foram as principais causas apontadas para a diminuição da intensidade do turismo na Taíba. Logo, surgem-se questionamentos: “quais outros motivos contribuíram para a diminuição do turismo na Praia da Taíba?” e “faltou um planejamento estratégico para o desenvolvimento turístico de forma sustentável?”.

Segundo Moraes (2002) o turismo não deve ser entendido e discutido exclusivamente como uma atividade econômica que traz lucros e benefícios para uma determinada localidade e população, mas também deve empreender análises que resguardem a história, cultura, geografia e ecologia da espacialidade, tendo em vista que esses elementos são imprescindíveis para a manutenção das características que são parte da essência do local.

Na prática, no campo das políticas públicas direcionadas para o ordenamento do desenvolvimento dos territórios turistificados, prevalece os interesses e a lógica dos agentes hegemônicos do mercado que se caracteriza pelo pouco interesse por questões relacionadas, por exemplo, a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, a manutenção dos padrões ambientais dos ecossistemas turistificados e a qualificação da mão de obra envolvida com a atividade (FRATUCCI, 2014).

O espaço costeiro deve ser pensado de modo integral e globalizante, a fim de agregar as diversas facetas de uma dada comunidade, região, município ou estado. A adoção de uma gestão ambiental faz-se necessária diante do contexto de degradação dos recursos naturais (KAY; ALDER, 2005). Porém, a gestão costeira é uma atividade complexa, que exige profundos conhecimentos interdisciplinares, e a determinação minuciosa das relações de causa e efeito (DIAS; MAHIQUES; CEARRETA, 2012).

Nesse processo, a participação cidadã é fundamental para a construção democrática e para o envolvimento corresponsável dos diversos atores institucionais e da sociedade civil na elaboração, execução, gestão e monitoramento de instrumentos de planejamento integrado, a exemplo, o Projeto Orla (NAKANO *et al.*, 2006). Além do conhecimento técnico de uma equipe multidisciplinar, que é essencial para o diagnóstico das problemáticas que envolvem uma determinada localidade como também na mediação de conflitos, os saberes e as visões das populações litorâneas são contribuições riquíssimas.

A entrevista com os moradores e frequentadores permitiu verificar algumas fragilidades ambientais do distrito, como: processo de erosão costeira, poluição motivada pelo sistema de saneamento básico inoperante, descaracterização das feições naturais e outros. Logo, tanto esses apontamentos, quanto às respectivas propostas de solução para os mesmos, servem como subsídios para a construção de uma gestão costeira que englobe os anseios dos atores sociais e que empreenda suas ações com vistas ao desenvolvimento alicerçado na prosperidade econômica, proteção dos recursos ambientais e garantia do bem-estar da sociedade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos, pode-se perceber que as contribuições advindas daqueles que vivenciam uma determinada realidade fornecem bases importantes para a compreensão das dinâmicas e fenômenos (sejam econômicas, urbanas ou ambientais) que envolve uma localidade, e assim, subsidiar uma gestão costeira baseada nos diferentes usos e perspectivas que um indivíduo tem do meio.

Verifica-se que os atores sociais participantes da pesquisa, ainda que se diferenciem do ponto de vista do grau de instrução, da renda e de ocupação profissional, os mesmos apresentam relações de pertencimento com a sua ambiência (moradores) e se sentem, em sua maioria, satisfeitos ao visitarem a praia (frequentadores). Os elementos naturais e as belezas paisagísticas são aspectos considerados importantes entre os dois grupos, podendo-se observar uma valorização das características ambientais do distrito e noções da necessidade de proteção do meio ambiente.

A área de estudo carece de publicações a seu respeito, e por isso referências para a compreensão do seu contexto são escassas, como por exemplo: o desenvolvimento do distrito, sua história, dinâmica populacional e urbana. Assim, obteve-se dos entrevistados informações relacionadas às alterações, de qualquer natureza, presenciadas por eles, seja no tempo residindo ou frequentando. As respostas obtidas por ambos os grupos indicam que houve transformações. Principalmente por parte dos moradores, mesmo sem especificar quais tipos de modificações eles poderiam identificar, questões relacionadas ao crescimento urbano e populacional eram os mais apontados.

Constata-se que o turismo e a instalação de um complexo industrial e portuário impulsionaram a expansão urbana no distrito, gerando especulação imobiliária e investimentos da construção civil em empreendimentos hoteleiros e residências de veraneio. Uma abordagem das questões pertinentes ao meio ambiente (quanto à conservação e problemáticas associadas) permitiu verificar que os efeitos do aumento da urbanização desencadearam processos de perda da qualidade dos recursos ambientais da Taíba.

Para ambos os grupos, uma quantidade expressiva dos entrevistados (sendo 50% dos moradores e 60% dos frequentadores) afirma que a Praia da Taíba não se encontra conservada do ponto de vista ambiental. Os problemas elencados pelos moradores e frequentadores são reflexos da falta de controle da ocupação do território taíbense.

A percepção dos entrevistados indica a necessidade de intervenções com vistas à utilização e ocupação de forma respeitosa dos atributos ambientais do distrito. No entanto, as

ações de mitigação não devem ser isoladas e pontuais, e sim partir de um plano cujos princípios estejam apoiados no desenvolvimento sustentável, de modo que sejam consideradas as peculiaridades inerentes à zona costeira.

A proposta de uma gestão costeira integrada e participativa surge como uma oportunidade de pôr em prática os procedimentos necessários para a conservação do litoral bem como melhorar o bem-estar daqueles que moram e fazem utilização da Praia da Taíba.

Os órgãos gestores como representantes do poder público exercem papel importante na elaboração dos documentos que norteiam o gerenciamento costeiro e também na articulação com os diversos setores da sociedade para se construir ambientes de diálogo e chamá-los para a discussão do seu espaço e tornar as tomadas de decisões mais democráticas e descentralizadas. Dessa forma, conforme Bordenave (1994), precisa-se estimular a “auto-gestão”, isto é, proporcionar uma relativa autonomia por parte da sociedade visando o aumento da consciência política dos cidadãos e o fortalecimento do grau de legitimidade do poder público quando este responde às necessidades reais da população.

A percepção ambiental dos moradores e frequentadores empreendida no presente trabalho mostra a importância dos atores sociais no diagnóstico de problemáticas e na proposição de soluções para essas, evidenciando a relevância da participação popular na contribuição da gestão costeira.

A gestão pública de São Gonçalo do Amarante precisa adotar posturas frente à degradação ambiental dos ecossistemas costeiros e aos rumos socioeconômicos da Taíba. Entende-se que as ações não devem se limitar apenas ao referido distrito, uma vez que a Praia da Taíba é apenas uma porção de um contexto mais amplo, por isso, a necessidade de planejamentos mais abrangentes.

Portanto, sugere-se: implementar políticas de ordenamento territorial específicos para zonas costeiras, como o Projeto Orla, a fim de organizar e coibir a ocupação irregular da orla marítima; criar um programa voltado para o estímulo e o desenvolvimento de um turismo sustentável, que impulse o setor e garanta a conservação dos elementos naturais; elaborar um plano de sensibilização através da educação ambiental formal e não-formal, objetivando despertar na população o sentimento de co-responsabilização enquanto cidadão e a conscientização em relação às problemáticas socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- AJARA, C. A Abordagem Geográfica: Suas Possibilidades no Tratamento da Questão Ambiental. *In*: IBGE. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1993. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/geografiaequestaoambiental.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- ALBAN, M. A. insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso de praia do Forte: Uma análise exploratória com base na nova economia institucional. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 3-24, maio 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14139>>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- ALIROL, P. Como iniciar um processo de integração. *In*: VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=iWhHcLwXZ2YC&pg=PA21&lpg=PA21&dq=Como+Iniciar+um+Processo+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+ALIROL&source=bl&ots=vWgfZkU0Ov&sig=ACfU3U0N5rx2xNbSXbJEnpAa2Do4r00HeQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiMk5HUjuDiAhVyoFkKHQOcBWMQ6AEwAHoECAkQAQ#v=onepage&q=atores%20sociais&f=false>> Acesso em: 08 jun. 2019.
- ANDRADE, B. L. S.; MATOS, F. O. Um Olhar Sobre os Impactos da Atividade Portuária do Pecém no Turismo da Praia da Taíba - CE. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 8, p. 130-149, 2017.
- ANDRADE, J.; MATOS, F. O. Nas trilhas da educação ambiental: por uma relação renovada com ecossistema manguezal. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 7, p. 91-103, 2016.
- ARAÚJO, E. F. As políticas públicas e os espaços turísticos no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: **Maritimidade na Metrôpole: estudos sobre Fortaleza-CE**. Porto Alegre: Liro, 2013.
- ASSIS, L. F. Residências secundárias: Expansão e novos usos no Ceará. *In*: SILVA, J. B. *et al.* (orgs). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Comissão Interministerial dos Recursos Marinhos. **Resolução nº 1, de 21 de novembro de 1990**. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/plano-nacional-de-gerenciamento-costeiro>> Acesso em: 24 abr. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 maio 1988b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm)> Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro: MMA, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Indicadores da Zona Costeira e Marinha**. Brasília: MMA, [20??]. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/219/\\_arquivos/populao\\_zona\\_costeira.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/219/_arquivos/populao_zona_costeira.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/Manual\\_de\\_Producao\\_Associada\\_ao\\_Turismo.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/Manual_de_Producao_Associada_ao_Turismo.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2019.

CASEMIRO, M. B.; MATOS, F. O.; VASCONCELOS, F. P.; BARRA, O. A. O. L. Análise do projeto orla marítima de Icapuí/CE na perspectiva dos gestores locais e ambientalistas. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), p. 361-374, 2018.

CRUZ, C. A. R. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In*: LEMOS, A. I.; ARRAYO, M.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

CAMPOS, A. A. *et al.* (Coords). **A zona costeira do Estado do Ceará: Diagnóstico para a Gestão Integrada**. Fortaleza: Aquasis, 2003.

DANTAS, E. W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, 53-60, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/195>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DANTAS, F. N. M. *et al.* Análise dos impactos ambientais causadas pela especulação imobiliária no campo de dunas da Taíba, São Gonçalo do Amarante-CE. *In*: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 6, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. p. 1-6. Disponível em: <<http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/6/6/244.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

DIAS, I. C. C. M.; ROCHA-BARREIRA, C. A. Comportamento Morfodinâmico da Praia da Taíba, Nordeste do Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [meio eletrônico], v. 11, n. 4, p. 421-431, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-256\\_Dias.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-256_Dias.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DIAS, J. A; MAHIQUES, M. M; CEARRETA, A. Gestão Costeira: resultado de uma relação dúbia entre o Homem e a Natureza. **Revista Gestão Costeira Integrada**, [meio eletrônico], v. 12, n. 1, p. 3-6, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rgci/v12n1/v12n1a01.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. [s.i]: [s.n], 2002. Disponível em: <[https://educar.sc.usp.br/4343/biologia/textos/m\\_a\\_txt4.html](https://educar.sc.usp.br/4343/biologia/textos/m_a_txt4.html)> Acesso em: 09 jun. 2019.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 87-96, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018/404>>. Acesso em 09 jun. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. V. *et al.* **Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional**. Portugal: Ministério do Meio Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2007. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/83273/2/2848.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.atlasmar.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse por setores**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal 2017**: São Gonçalo do Amarante. 2018. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Sao\\_Goncalo\\_do\\_Amarante\\_2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Sao_Goncalo_do_Amarante_2017.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2019.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, Sustentabilidade e Cidadania. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v., n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente e Sustentabilidade. *In*: SEIXAS, S. G. (Coord.). **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo: CEPAM, 1999.

KAY, R.; ALDER, J. **Coastal planning and management**. 2 ed. New York: Taylor & Francis, 2005. Disponível em: <<https://epdf.pub/coastal-planning-and-management-2nd-edition.html>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

LANDIM NETO, F. O. *et al.* Os Impactos da Indústria Portuária em uma Bacia Hidrográfica no Nordeste do Brasil: Análise de Indicadores Ambientais. **Rede** - Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 20-34, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/issue/view/10>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: A Serra do Mar como espaço e como lugar. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L (Orgs). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)> Acesso em: 05 jun. 2019.

MATOS, F. O. Um olhar sobre as representações sociais e a imagética na análise do espaço geográfico. **Acta Geográfica**, v. 11, p. 95-110, 2017.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: Uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 45-51, out. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/3477/2560>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MILLER JUNIOR, G. T. **Ciência Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MINAYO, M.C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, C. S. B. **Planejamento ambiental do turismo**. 2002. 257f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade Federal de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-25012017-150835/pt-br.php>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MORAIS, J. O *et al.* Ceará. *In*: MUEHE, D. **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_sigercom/\\_arquivos/ce\\_erosao.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/_arquivos/ce_erosao.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

NAKANO, K. *et al.* (coord). **Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada**. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008111634.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111634.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

O POVO. **Ceará ganhará seu primeiro resort seis estrelas**. 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/adrianonogueira/2019/01/ceara-ganhara-seu-primeiro-resort-seis-estrelas.html>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 8, p. 40-49, 1º sem. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/16062/12238>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

OLIVEIRA, M. R. L.; NICOLÓDI, J. L. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla: Uma análise sob a ótica do poder público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, [s.i.], v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH). Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/2074>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

OMT. Organización Mundial del Turismo. **Notas metodológicas de la base de datos estadísticas de turismo**. Madrid: Organización Mundial del Turismo, 2013. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/sites/all/files/docpdf/2013methonotessp.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**. 2015 Disponível: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods14/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PEREIRA, A. Q. A vilegiatura na Metrópole: morfologia e tipologias espaciais. *In*: PEREIRA, A. Q. *et al.* **Maritimidade na Metrópole**: estudos sobre Fortaleza-CE. Porto Alegre: Liro, 2013.

POLETTE, M.; SILVA, L. P. GESAMP, ICAM e PNGC: Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 27-31, dez. 2004. Disponível: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a17v55n4.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ROSSETTO, A. M. **Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (SIGAU) para o desenvolvimento sustentável de cidades**. 2003. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/86205/199632.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SANTOS, E. A. Planejamento e paisagem. **Paisagens em Debate**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-7, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/inicio.html>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, C. A. M.; MODESTO, F. Cidades em zonas costeiras brasileiras: Rumo à resiliência? *In*: Encontro nacional da Anppas, 6., 2011, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2006. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT11-837-555-20120630163056.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

STROHAECKER, T. M.. A dinâmica socioespacial da zona costeira brasileira. *In*: Encontro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: [s.n], 2009.

Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/51.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TULIK, O. **Casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VIEIRA, L. A. A. *et al.* Análise estatística do regime de ondas ao longo da região marítima do Porto do Pecém. *In*: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 17, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2007. Disponível em:

<<https://abrh.s3.sa-east->

[1.amazonaws.com/Sumarios/19/8f210dac01f91c041ff0dc925339d047\\_89123260e809a99bd064a6121c693681.pdf](https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/19/8f210dac01f91c041ff0dc925339d047_89123260e809a99bd064a6121c693681.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

**APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS MORADORES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR - LABOMAR**

***ENTREVISTA***

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES SOBRE O DISTRITO DA TAÍBA.**

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**PARTE A**

1. Há quanto tempo você mora na Taíba? \_\_\_\_\_

2. Você consegue perceber mudanças ao longo dos anos que morou aqui?

( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais?

---



---



---

3. Você acha que ao longo dos anos morando na Taíba houve crescimento (expansão urbana, construções, loteamentos)? ( ) Sim ( ) Não

4. Se a resposta anterior for sim, o que você acha que motivou esse crescimento?

---



---



---

5. Você considera a Taíba uma praia turística? ( ) Sim ( ) Não

6. Você acha que houve incentivos para o desenvolvimento do turismo na Taíba?

( ) Sim ( ) Não Se sim, quais?

---



---



---

7. Como você imagina que a Taíba seria se não houvesse fluxo turístico? Seria diferente? Seria melhor ou pior? Por quê?

---



---



---

8. Você se incomoda com a presença dos turistas na Taíba? ( ) Sim ( ) Não. Se não, por que?

---

---

9. A paisagem da Taíba foi sempre a mesma? Se sim, você consegue identificar quais mudanças?

---

---

---

10. Sendo 0 um fator no qual realmente não lhe representa e 5 um fator que lhe represente muito. Atribua números de 0 a 5 quanto à sua identificação com a frase.

- A Taíba é um lugar ao qual me sinto parte.
- A Taíba é um lugar agradável, mas poderia melhorar em vários aspectos.
- Receio que me aconteça algo inesperado a qualquer momento na Taíba.
- Não me sinto seguro(a) neste local.
- Não tenho interesse de morar em outro local.

11. Aponte o elemento que tem maior importância na Taíba para você.

- Arte e cultura local
- Memórias
- Paisagens
- Estruturas de lazer (bares, barracas, restaurantes...)
- Elementos naturais (falésias, praia, dunas...)
- Vida noturna

12. Você considera a praia da Taíba ambientalmente conservada?  Sim  Não

---

---

---

13. Você identifica problemas ambientais na Taíba? Se sim, quais?

---

---

---

14. Quais soluções você proporia para melhoria dos problemas apontados?

---

---

---

15. Com o que você trabalha atualmente?

---

---

---

16. Você sempre morou na sua residência atual?  Sim  Não

17. Se a pergunta anterior for **não**, o que motivou a sua mudança? O que existe onde você residia antigamente?

---

---

---

**PARTE B**

18. Idade: \_\_\_\_\_ 19. Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

20. Quantas pessoas moram na sua residência? \_\_\_\_\_

21. Estado Civil:

- ( ) Solteiro/a ( ) Separado/a  
( ) Casado/a ( ) União Estável  
( ) Divorciado/a ( ) Viúvo/a

22. Qual é a média da sua renda mensal familiar?

- ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Entre 4 e 6 salários mínimos  
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos ( ) Entre 6 e 8 salários mínimos  
( ) Entre 2 e 3 salários mínimos ( ) Mais de 8 salários mínimos  
( ) Entre 3 e 4 salários mínimos

23. Qual é o seu grau de escolaridade?

- ( ) Nunca frequentou escola (analfabeto) ( ) Médio Incompleto  
( ) Primário Incompleto ( ) Médio Completo  
( ) Primário Completo ( ) Superior Incompleto  
( ) Fundamental Incompleto ( ) Superior Completo  
( ) Fundamental Completo

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS  
FREQUENTADORES.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR - LABOMAR**

**ENTREVISTA**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FREQUENTADORES SOBRE A PRAIA DA  
TAÍBA.**

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**PARTE A**

1. Onde vive?

a) Cidade: \_\_\_\_\_ b) Bairro: \_\_\_\_\_

2. Profissão: \_\_\_\_\_

3. Há quanto tempo você frequenta esta praia? \_\_\_\_\_

Se por mais de 10 anos, quais mudanças você consegue perceber ao longo dos anos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Com que frequência você vem a esta praia?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Diariamente                   | <input type="checkbox"/> Somente aos fins de semana |
| <input type="checkbox"/> Mais de três vezes por semana | <input type="checkbox"/> Uma vez por semana         |
| <input type="checkbox"/> Raramente                     | <input type="checkbox"/> Outra opção: _____         |

5. Quais atividades que você pratica nesta praia?

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Descansar             | <input type="checkbox"/> Banho de sol  |
| <input type="checkbox"/> Desfrutar da paisagem | <input type="checkbox"/> Beber e comer |
| <input type="checkbox"/> Banho de mar          |  |
| <input type="checkbox"/> Praticar esportes.    |  |
| <input type="checkbox"/> Outras: _____         |  |

6. Qual o meio de transporte utilizado para vir à Taíba?

- Ônibus de linha
- Ônibus de excursão
- Carro próprio
- Outro: \_\_\_\_\_

7. Qual o meio de hospedagem utilizado?

- ( ) Hotel/pousada/Resort  
 ( ) Casa de amigos/parentes  
 ( ) Aluguel por temporada  
 ( ) Nenhum  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

8. De que forma ficou sabendo da existência da Praia da Taíba?

- ( ) Indicação de amigos/familiares  
 ( ) Televisão  
 ( ) Redes sociais  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

9. Aponte o elemento que possui maior importância na sua estadia na Taíba.

- ( ) Limpeza da Praia.  
 ( ) Oferta de serviços de restaurantes  
 ( ) Oferta de serviços hoteleiros  
 ( ) Espaços de deposição de resíduos sólidos  
 ( ) Acessibilidade para deficientes físicos  
 ( ) Oferta de serviços de lazer (passeios, alugueis de equipamentos etc)

10. Aponte o elemento que possui maior importância na sua estadia na Taíba.

- ( ) Arte e cultura local  
 ( ) Memórias  
 ( ) Paisagens  
 ( ) Estruturas de lazer (bares, barracas, restaurantes...)  
 ( ) Elementos naturais (falésias, praia, dunas...)  
 ( ) Vida noturna

### PARTE B

11. Quais os maiores atrativos desta praia?

---



---



---

12. Você considera a Praia da Taíba ambientalmente conservada? ( ) Sim ( ) Não

13. Você identificou algum problema ambiental na Praia da Taíba? Se sim, qual (is)?

---



---



---

14. Quais soluções você proporia para melhoria dos problemas apontados?

---



---

---



---

15. Qual o seu grau de satisfação para esta praia?

<b>MUITO RUIM</b>	<b>RUIM</b>	<b>RAZOÁVEL</b>	<b>BOM</b>	<b>MUITO BOM</b>
-----------------------	-------------	-----------------	------------	------------------

### PARTE C - PERFIL DO ENTREVISTADO

16. Idade: \_\_\_\_\_ 17. Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

18. Estado Civil:

- ( ) Solteiro/a      ( ) Separado/a  
 ( ) Casado/a      ( ) União Estável  
 ( ) Divorciado/a      ( ) Viúvo/a

29. Qual é a média da sua renda mensal familiar?

- ( ) Menos de 1 salário mínimo      ( ) Entre 4 e 6 salários mínimos  
 ( ) Entre 1 e 2 salários mínimos      ( ) Entre 6 e 8 salários mínimos  
 ( ) Entre 2 e 3 salários mínimos      ( ) Mais de 8 salários mínimos  
 ( ) Entre 3 e 4 salários mínimos

20. Qual é o seu grau de escolaridade?

- ( ) Nunca frequentou escola (analfabeto)      ( ) Médio Incompleto  
 ( ) Primário Incompleto      ( ) Médio Completo  
 ( ) Primário Completo      ( ) Superior Incompleto  
 ( ) Fundamental Incompleto      ( ) Superior Completo  
 ( ) Fundamental Completo

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Percepção ambiental de moradores e turistas frente ao crescimento urbano na praia da Taíba/Ceará”. Esta é uma pesquisa voltada ao público com idade igual ou superior a 18 anos. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Meu nome é Fábio de Oliveira Matos, sou professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), estou desenvolvendo, juntamente com o Lucas Ricardo Ferreira Nobre (Pesquisador-colaborador), um estudo sobre a evolução do uso e da ocupação ao longo dos anos na praia da Taíba. Desejo saber se os entrevistados percebem as implicações do processo de expansão urbana da Taíba na alteração da paisagem, bem como os respectivos impactos ambientais e sociais e seu posicionamento sobre essa problemática. As respostas são confidenciais, os questionários são analisados de forma anônima e identificados por números. Esta pesquisa não oferece nenhum risco grave e nem quebra de sigilo, o que poderá gerar é um possível constrangimento por parte dos entrevistados, um desconforto e nervosismo no momento das perguntas. A qualquer hora você poderá parar nossa conversa ou desistir de participar dela sem nenhum prejuízo a você. Sua participação é voluntária, portanto, você não receberá pagamento por participar. A entrevista contém perguntas abertas e fechadas e terá duração de, aproximadamente, 15 minutos. A divulgação das informações fornecidas só será feita entre estudiosos do assunto, em âmbito acadêmico. A qualquer momento você poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa pelos telefones/endereço abaixo indicados.

---

#### ENDEREÇO DO LABORATÓRIO RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

Nome: Laboratório de Direito, Economia e Sustentabilidade

Instituição: Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR/ Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Avenida da Abolição, 3207 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-081.

Telefones para contato: (85) 3366-7021/ E-mail: fabiomatos@ufc.br

---

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 – Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, declara que é de livre e espontânea vontade que participe desta pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo e a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. Declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Entrevistado (a) Local Data

\_\_\_\_\_  
Testemunha Entrevistador (a)  
(Caso o entrevistado não saiba ler)

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Percepção ambiental de moradores e turistas frente ao crescimento urbano na praia da Taíba/Ceará

**Pesquisador:** FABIO DE OLIVEIRA MATOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 11687119.1.0000.5054

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências do Mar

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.284.109

#### Apresentação do Projeto:

Nesse estudo a percepção ambiental dos moradores e turistas da Taíba será obtida através da aplicação de questionários. Está previsto para a pesquisa o número amostral de 70 entrevistados, entre moradores e turistas.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção ambiental e a influência do uso e ocupação na alteração da paisagem da praia da Taíba a partir da visão dos seus moradores e turistas.

Objetivo Secundário:

- Compreender a interação entre a comunidade e o seu ambiente em um recorte espacial da zona costeira cearense (Praia da Taíba);
- Identificar as problemáticas ou limitações socioambientais que afetam a comunidade na visão dos moradores e pescadores;
- Propor soluções para os problemas socioambientais da Taíba a partir das potencialidades apontadas pelos moradores e turistas.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pode-se gerar um possível constrangimento por parte dos entrevistados, um desconforto e nervosismo no momento aplicação das perguntas.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 3.284.109

**Benefícios:**

- Contribuir com um estudo que descreva a realidade socioambiental vivenciada pela comunidade da Taiba a partir de suas próprias percepções.
- Promover a discussão de soluções para os problemas socioambientais da Taiba a partir das potencialidades apontadas pelos moradores e turistas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante uma vez que as contribuições advindas da visão da comunidade bem como dos frequentadores podem colaborar para a identificação e solução dos respectivos impactos socioambientais decorrentes do uso e ocupação do ambiente.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos obrigatórios foram devidamente apresentados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1273410.pdf	09/04/2019 16:02:40		Aceito
Outros	autorizacao.pdf	09/04/2019 16:02:18	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Outros	curriculo.pdf	24/03/2019 12:20:00	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Outros	termo_compromissoo_utilizacao_dados.pdf	22/03/2019 21:21:01	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Outros	CARTA_DE_APRECIACAO.pdf	22/03/2019 21:16:16	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	22/03/2019 21:08:51	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_concordancia.pdf	22/03/2019 21:07:10	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_institucional.pdf	22/03/2019 21:00:34	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	22/03/2019 20:56:56	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
TCLE / Termos de	tcle.pdf	22/03/2019	LUCAS RICARDO	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 3.284.109

Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	20:50:13	FERREIRA NOBRE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	22/03/2019 20:41:55	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	22/03/2019 20:32:53	LUCAS RICARDO FERREIRA NOBRE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 25 de Abril de 2019

---

**Assinado por:**  
**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br